

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2025

REPARTIÇÃO INTERESSADA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS-BA.

UNIDADE SOLICITANTE:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente, Secretária Municipal de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Infraestrutura.

LOCAL E DATA PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E INÍCIO DA DISPUTA:

DATA:02/05/2025.

HORÁRIO:16:00 h (Horário de Brasília)

DATA E A HORA DA DISPUTA: às 16:00 horas (Horário de Brasília) do dia 02/05/2025.

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para Aquisição parcelada de materiais de construção, elétrico, hidráulico e ferramentas, destinado para manutenção da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

VALOR ESTIMADO:

O valor estimado para contratação é de R\$ 6.007.411,98 (seis milhões sete mil quatrocentos e onze reais e noventa e oito centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Lote.

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

AMOSTRA:

Poderá ser exigida amostra dos produtos.

ME/EPP/EQUIPARADAS:

a) (Ampla Participação): Qualquer empresa em condições de participação.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE:

Não será exigida a implantação de programa de integridade.

EQUIPE DE PREGÃO RESPONSÁVEL:

- **Nome do Pregoeiro:** Iram Souza São Paulo de Castro

- **E-mail:** licitacoesmaracas@gmail.com

- **Telefones:** (73) 3533-2121

- **Endereço:** Prefeitura Municipal de Maracás, localizada à Praça Ruy Barbosa, nº 705, Bairro Centro, CEP: 45.360-000 – Setor de Licitações.

LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA:

- Lei Federal nº 14.133/2021; - Lei Complementar Federal nº 123/2006; - Lei Federal nº 147/2014;

- Decretos Municipais nº1052/2023 e nº1053/2023

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando Registro de Preços para **Contratação de empresa especializada para Aquisição parcelada de materiais de construção, elétrico, hidráulico e ferramentas, destinado para manutenção da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

1.2. A licitação será em lotes , conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo XII** e nas condições previstas neste Edital e no Termo de Referência.

2. DAS COTAS À ME/EPP/equiparadas

2.1. A presente licitação constitui-se da seguinte forma:

a) (Ampla Participação): Qualquer empresa em condições de participação.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. DO CREDENCIAMENTO:

3.1.1. O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.bnc.org.br.

3.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

3.1.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas.

3.1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. DAS VEDAÇÕES:

3.2.1. Não poderá participar desta licitação:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) pessoa física ou jurídica que atue em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que observado o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas, a ser editado pelo Poder Executivo.

c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

f) diretamente ou indiretamente, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, bem como a empresa da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, sendo que tal proibição também se aplica aos seus parentes em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau, bem como àqueles que mantêm relacionamento afetivo público e notório com os servidores e dirigentes de todos os órgãos e entidades promotores, participantes da licitação, bem como contratantes;

g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

h) Pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória;

i) Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

j) Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que não tenham observado o disposto no subitem 3.4 deste Edital.

3.2.2. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:

3.3.1. NÃO será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo;

3.4. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:

3.4.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#), a [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), e a [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#);

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

4. DO ACESSO AO SISTEMA E DA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS

4.1.A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico denominado BNC – Bolsa Nacional de Compras, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do credenciado.

4.1.1. As informações e/ou dúvidas de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório podem ser sanadas pelo(s) canais oficiais de atendimento do Sistema BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.1.2. O licitante enquadrado como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou equiparada deverá se identificar em campo próprio do sistema eletrônico, e declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2.1. O licitante que não se identificar no campo próprio do sistema eletrônico como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas ficará impedido de participar dos itens/lotes exclusivos e da cota reservada, se houver, e não poderá fazer uso do empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.1.2.2. Para os fins do disposto no subitem 4.1.2 deste Edital, considera-se como “equiparada” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta e os respectivos documentos solicitados para esta etapa procedimental (indicados no subitem 5.2 deste Edital) **necessariamente antes da data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

4.2.1. Os documentos relacionados à fase de habilitação (item 07) devem ser apresentados apenas naquela etapa procedimental, conforme disposto no subitem 7.2 deste Edital.

4.2.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os respectivos documentos anteriormente inseridos no sistema, desde que antes da data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

4.2.3. Os documentos que compõem a proposta somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro

e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.3. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Pregoeiro(a) a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. Caberá à licitante interessada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Caberá à licitante interessada comunicar imediatamente, por escrito, ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. As propostas de preços serão efetuadas via sistema eletrônico, devidamente preenchidos os campos disponíveis conforme as regras abaixo:

- a) Valores unitários e total por lote, em moeda corrente nacional, cotados com apenas duas casas decimais, expressos em algarismos;
- b) Devem informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (**sessenta**) dias, contados da data limite para a sua apresentação. No caso de o prazo de validade ser omitido na proposta, o Pregoeiro considerará o prazo acima mencionado;
- c) Descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, uma única marca por item ofertado, devendo o modelo ser discriminado quando pertinente;
- d) quando houver lotes com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do lote devem ser cotados.

5.1.1. O licitante **não poderá se identificar** no preenchimento da proposta de que trata o subitem 5.1 deste Edital.

5.1.2. As especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.3. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.1.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.2. Dos documentos a serem anexados com a proposta

5.2.1. Deverão ser anexados via sistema eletrônico (anexos da proposta) os documentos abaixo relacionados, podendo ser inseridos lote a lote / item a item ou selecionada a opção “marcar todos”, para

inserir a documentação de todos os lotes/itens com proposta:

I. Declaração firmada pelo licitante de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

II. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no subitem 3.4 deste Edital.

5.3. Garantia da proposta

5.3.1. Não será exigido seguro garantia para o presente processo.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, ENCERRAMENTO DA SESSÃO, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará a descrição do objeto ofertado, nos termos do subitem 5.1, alínea “c”, deste Edital, e desclassificará sumariamente:

a) As propostas cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos no item 5;

b) as propostas cuja descrição do objeto identifique a licitante.

6.2.1. Havendo dúvidas quanto às características do objeto ofertado pela licitante, o pregoeiro ou o responsável pela análise técnica poderá efetuar diligências para confirmações e esclarecimentos acerca do material ofertado.

6.3. A desclassificação sumária da proposta será fundamentada, registrada no sistema e disponibilizada em tempo real para todos os participantes.

6.4. A apresentação de proposta acima do orçamento estimado para a contratação não resultará na desclassificação sumária de que trata o item 6.2, ficando a referida análise relegada à fase seguinte à apresentação de lances, se houver, e/ou posterior à negociação.

6.5. A não desclassificação sumária da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6.1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

DO CARÁTER SIGILOSO DO ORÇAMENTO

6.7. Conforme preconiza o Art. 24, o orçamento pode ser em caráter sigiloso: Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas,

e, nesse caso:

- Quando há variação significativa de preços nas amostras colhidas;
- Para proteger informações estratégicas e sensíveis do órgão público;
- Evitar que os licitantes ajustem suas propostas ao teto financeiro
- Impedir que os licitantes utilizem o valor estimado como âncora para elevar as propostas iniciais
- Garantir que a negociação de preços ocorra de forma mais efetiva
- Evitar tratamento desigual entre os licitantes

6.7.1. Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo das dificuldades dos serviços, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

DOS LANCES

6.8. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do lote**.

6.8.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.8.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior **ao último por ela ofertado** e registrado pelo sistema.

6.8.5. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for registrado em primeiro lugar.

6.8.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 00,10 (dez centavos).

DO MODO DE DISPUTA

6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.9.1, o sistema abrirá oportunidade para que a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 6.9.2, poderão as autoras

dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens 6.9.2 e 6.9.3, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.9.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens 6.9.2 e 6.9.3, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.6. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, no caso de nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

6.10. No caso de desconexão do Pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos seus lances.

6.11. Retornando a conexão do Pregoeiro ao sistema, todos os atos praticados pelas licitantes junto ao sistema serão considerados válidos.

6.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, e a ocorrência será registrada em ata.

DO CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.13. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por Lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.14. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para estas.

6.14.1. Considera-se como “equiparadas” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

6.14.2. Entende-se por empate, situações em que as propostas, mediante lances apresentados pelas MEs, EPPs e equiparadas sejam iguais ou até de 5% (por cento) superiores ao melhor preço, quando a primeira colocada for empresa de maior porte.

6.14.2. A preferência de contratação será concedida da seguinte forma:

a) Ocorrendo o empate, a ME, EPP ou equiparada melhor classificada nos termos do subitem 6.14 terá

o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados após a comunicação para tanto.

b) Caso a ME, EPP ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo da alínea “a”, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido na alínea “a”.

6.14.3. O tratamento diferenciado de que trata o subitem 6.14 não será aplicado às licitações cujo item seja de valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ainda que as potenciais beneficiárias sejam qualificadas como ME, EPP ou equiparada.

6.14.4. A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada não poderá fazer uso do tratamento diferenciado de que trata o subitem 6.14 se no ano-calendário de realização da licitação, tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.15. Após aplicada a regra do subitem anterior e persistindo o empate, ou, caso não seja licitação exclusiva para ME/EPP/Equiparadas, serão utilizados os critérios de desempate descritos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem estabelecida.

6.16. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

DA NEGOCIAÇÃO

6.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, caso a proposta/lance do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar esteja acima do valor estimado da contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.17.1A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.17.2. A negociação de que trata o subitem 6.17 deste Edital poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do valor estimado da contratação.

6.17.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO

6.18. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar proposta adequada ao último lance ofertado, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação, devidamente preenchida e assinada, para fins de exame de aceitabilidade do preço, enviando-a para o e-

mail a ser informado durante a sessão **no prazo MÁXIMO de 02 (duas) horas**, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

6.18.1. A sessão PODERÁ ser suspensa para aguardo da proposta de preços, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta.

DO DA PROPOSTA VENCEDORA

6.19. Encerrada a etapa de negociação (subitem 6.17) e apresentada a proposta adequada (subitem 6.18), se for o caso, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta do licitante provisoriamente vencedor quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço.

6.19.1. Serão desclassificadas as propostas que:

I - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus anexos;

II - apresentarem preços inexequíveis;

III - permanecerem acima do valor estimado da contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - contiverem vícios insanáveis;

VI - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

VII - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

19.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput** VII, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;

6.19.2. Para os fins do disposto nos incisos V e VI do subitem 6.19.1, considera-se vício sanável, entre outras, as seguintes medidas:

I – a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - o desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;

III - aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;

IV - a atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

V – a juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio licitante; ou

VI – a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

6.19.2.1. O Pregoeiro poderá realizar diligências para sanar os vícios de que trata o subitem 6.19.2 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

6.19.3. No caso de apresentação de proposta inexequível (inciso IV do subitem 6.19.1), o Pregoeiro, para fins de subsidiar a decisão quanto à sua aceitabilidade, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada no sentido de:

a) apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e

b) solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, sua efetiva exequibilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

6.19.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que dispõe o subitem 6.19.2.1 e subitem 6.19.3, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24hrs (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.20. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.20.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedora for desclassificada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 6.13.

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

6.21. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

6.21.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

6.21.1.1. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

6.21.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

6.21.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

6.21.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.21.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.21.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

6.21.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

6.21.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

6.21.6.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.21.6.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

DA AMOSTRA

6.22. O Pregoeiro **poderá exigir que a licitante classificada em primeiro lugar e os aderentes de preços, se houver, apresentem amostra**, observando-se o procedimento estabelecido no TR.

6.23. Após o encerramento da análise da conformidade das propostas e dos lances, o Pregoeiro disponibilizará no sistema os documentos da proposta apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar.

6.24. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante classificada em primeiro lugar e **dos aderentes de preços, se houver** observado o disposto neste edital.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.1.2. A consulta aos cadastros referidos no subitem 7.1 será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio

majoritário.

7.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada por falta de condição de participação.

7.1.4. Caso o pregoeiro identifique que uma pessoa física ou jurídica atua em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, deverá observar o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas a ser editado pelo Poder Executivo.

Das regras gerais da fase de habilitação

7.2. Superada a consulta de que trata o subitem 7.1 deste Edital, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS CONFORME ITEM 10 DO TERMO DE REFERÊNCIA**, via sistema eletrônico, no prazo de *02 (duas) horas*, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório, observado o disposto no subitem 13.2 deste Edital.

7.4. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5. As exigências de habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Para fins de assinatura da ata de registro de preço, os documentos exigidos para a habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizado pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência de que trata o art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.7.1. Para os fins previstos no subitem 7.7 deste Edital, não caracteriza como substituição ou a apresentação de novo documento a diligência realizada para:

I - Sanar o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante;

II - A juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

7.7.2. O Pregoeiro poderá determinar a realização das diligências de que tratam os subitens 7.7 e 7.7.1 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

7.7.3. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no prazo e na forma fixados pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

7.7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.8. Compete ao Pregoeiro verificar e julgar as condições de habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, oportunidade em que deverá promover:

I – A conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor;

II – A emissão na sessão pública de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades, que comprove a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação, independentemente da apresentação de certidão ainda válida pelo licitante.

7.8.1. A emissão de que trata o inciso II do subitem 7.8 deste Edital fica dispensada na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender do pagamento de taxa pela Administração Pública.

7.8.2 Quaisquer das circunstâncias a que se referem o subitem 7.8.1 deverão ser registradas na ata de sessão pública e comprovadas no processo administrativo por meio de documentos.

7.8.3. Caso a emissão de novo documento de que trata o inciso II do subitem 7.8 indique a irregularidade fiscal e trabalhista do licitante na data da realização da sessão pública, será declarada a sua inabilitação, salvo na hipótese de licitante caracterizado como Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas, ao qual será ofertado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comprovar a regularização, conforme determina o art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.8.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a

proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedor for inabilitada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 6.14.

7.10. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

7.11. Após o encerramento da fase de habilitação, o Pregoeiro disponibilizará no sistema, os documentos da habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor e aqueles oriundos das diligências promovidas em cumprimento aos subitens 7.4, 7.6 e 7.7 deste Edital.

7.12. Qualquer licitante poderá, **de forma imediata, após a declaração do vencedor do certame (subitem 7.10), manifestar sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas na fase de habilitação, sob pena de preclusão.**

7.12.1. Após a declaração do vencedor do certame, será concedido na sessão pública o prazo de 10 (dez) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem 7.12, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

7.12.2. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto no item 8 deste Edital.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.13. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 7.2 deste Edital:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.13.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.13.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ;

7.13.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.13.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

7.13.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.13.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

7.13.7. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) (sócios ou proprietário da empresa);

7.13.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

7.13.9. Certidão simplificada emitida pela junta comercial do estado, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data de apresentação das propostas.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

7.13.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.13.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.13.12. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

7.13.13. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;

7.13.14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na formata respectiva legislação de regência.

7.13.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.13.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943;

7.13.17. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.13.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.13.18.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.13.19. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, assim apresentados:

a.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor.

a.2) para balanço escriturado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED o mesmo deverá estar acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento, Recibo de Entrega de Livro Digital e Recibo de Entrega da Escrituração (FCONT) encaminhada a RFB;

a.3) sociedades empresárias e não empresárias e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL): fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;

a.4) sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;

a.5) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

a.6) Se houver necessidade de atualização do balanço patrimonial, deverá ser apresentado também o memorial de cálculo correspondente, assinados pelo licitante e pelo contador (constando número registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC).

b) A comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa será avaliada pelos índices abaixo, apurados com base nos balanços apresentados, os quais deverão vir com os respectivos valores calculados, conforme estabelecido no Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer um dos índices apurados, deve comprovar, para fins de habilitação, capital social mínimo ou patrimônio líquido no limite de 10% do valor estimado da licitação;

Índice de Liquidez Geral:

Ativo Circulante +Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante +Passivo não circulante $\geq 1,0$

Índice Liquidez Corrente

Ativo Circulante

Passivo Circulante $\geq 1,0$

Índice de Solvência Geral:

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo não circulante $\geq 1,0$

c) O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis de Resultado estão dispensados para MEI – Microempreendedor Individual.

7.13.20. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

a) Na hipótese em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.13.21. a) Comprovação de aptidão de desempenho técnico, através de atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu, de maneira satisfatória e a contento, os materiais de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável, contendo no mínimo as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s) ou fornecimento;
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

a.1). Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o inciso I do art. 64, da Lei 14.133/21.

7.13.22. ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO, relativo ao exercício do ano corrente, expedido pelo órgão municipal da sede da licitante;

8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, observadas as seguintes disposições:

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, na forma e no prazo previsto nos subitens 6.24 e 7.12 deste Edital, **sob pena de preclusão**;

II – O prazo para apresentação das razões recursais, é de 03 (três) dias úteis, será iniciado na sessão pública em que o licitante for declarado vencedor do certame (subitem 7.10 deste Edital);

III – A apreciação e julgamento dos recursos interpostos em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante se dará em fase única

8.2. A não apresentação das razões mencionadas no prazo descrito no item II do subitem 8.1 acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese dos motivos apresentadas em sede da manifestação de recorrer de que tratam os subitens 6.24 e 7.12 deste Edital.

8.2.1. Na hipótese de que trata o subitem 8.2, o recurso não será conhecido caso não seja possível compreender as razões indicadas pelo licitante, tenha caráter meramente protelatório, ou seja baseado em fatos genéricos.

8.3. Os demais licitantes, desde logo, ficam intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do licitante recorrente.

8.4. A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos nos itens anteriores.

8.5. Fica assegurada vista imediata dos autos do pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

8.6. O recurso de que trata o subitem 8.1 deste Edital será dirigido ao Pregoeiro que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6.1. A autoridade competente poderá solicitar auxílio do órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas jurídicas e subsidiá-la com as informações necessárias.

8.6.2. O prazo para proferir a decisão ficará suspenso caso a autoridade competente solicite o auxílio de que trata o subitem 8.6.1.

8.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

9.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o Pregoeiro deverá elaborar um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

9.2. O processo licitatório, acompanhado do relatório de que trata o subitem 9.1, será encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, a qual deverá adotar uma das condutas descritas no item anterior.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.8. Depois de assinada a Ata de Registro de Preço, as contratações eventualmente formalizadas pelo órgão ou entidade participante deverão observar o disposto naquele instrumento jurídico, bem como respeitar as condições e requisitos constantes no Termo de Referência.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO POR “NÃO PARTICIPANTES”

10.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento, desde que cumpridos os requisitos descritos no §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. As sanções são aquelas previstas no item 14 do Termo de Referência.

Da Aplicação da Sanção

11.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa poderá, até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

12.2. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento deverão ser enviadas exclusivamente em campo próprio do Sistema BNC – Bolsa Nacional de Compras.

12.3. Compete ao Pregoeiro receber, examinar e responder os pedidos de esclarecimentos e decidir as impugnações.

12.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

12.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações vincularão os participantes e a Administração.

12.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Todas as referências de tempo estabelecidas no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília.

13.2. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico e/ou apresentado em formato legível.

13.2.1. É permitida a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, cujos documentos serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

13.2.2. Ao participar da presente licitação, os licitantes assumem integralmente a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo, na forma da

lei, por qualquer irregularidade constatada.

13.2.3. Caso o Pregoeiro julgue necessário, a autenticidade dos documentos apresentados por meio do sistema eletrônico poderá ser verificada:

I - mediante apresentação de original perante o Pregoeiro ou os servidores que compõem a sua equipe de apoio;

II – por meio de autenticação por cartório competente;

III – por meio de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

IV – perante publicação em Diário Oficial e/ou documento disponível na Internet, no site oficial do órgão emissor.

13.3. As declarações da empresa licitante solicitadas no edital deverão ser assinadas e identificadas (nome completo, RG e CPF) pelo representante legal ou pelo procurador por ele constituído, não havendo a necessidade de autenticação do documento.

13.3.1. No caso de documentação assinada por procurador, o Pregoeiro solicitará na sessão o envio da procuração outorgada pelo representante legal da licitante, devidamente autenticado por cartório competente, ou assinada digitalmente por meio de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

13.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

13.8. As informações inerentes a este pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, na Sala de Licitação, localizada na Prefeitura Municipal de Maracás, localizada à Praça Ruy Barbosa, nº 705, Bairro Centro, CEP: 45.360-000, ou pelo telefone nº (73) 3533-2121 em dias úteis ou pelo e-mail: licitacoesmaracas@gmail.com.

13.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

13.9.1. A cópia do Edital e seus Anexos poderá ser retirada junto à Comissão de Contratação, mediante apresentação do recolhimento da taxa de reprodução, proporcional ao número de cópias.

13.10. Fica eleito o foro da cidade de Maracás, Estado da Bahia, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas

administrativamente.

13.11. Integram o presente edital, independentemente de qualquer transcrição, os anexos:

Anexo I Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III – Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

Anexo IV – Declaração Relativa a Proposta Econômica, em Conformidade com o Art. 63, § 1º da Lei Federal nº 14.133/21;

Anexo V – Declaração Referente aos Incisos III e IV do Art. 1º, Ao Inciso III do Art. 5º e Referente ao Inciso XXXIII do Art. 7º ao Ambos da Constituição Federal;

Anexo VI – Declaração relativa à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

Anexo VII – Declaração que não possui Servidor Público Municipal no quadro societário da empresa;

Anexo VIII – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo IX– Declaração de Elaboração de Proposta Independente;

Anexo X – Declaração de Idoneidade;

Anexo XI – Declaração que não a Nenhuma Superveniência;

Anexo XII – Ata de Registro de Preço;

Maracás/BA, 22 de março de 2025.

Caio Pizzani Miranda
Secretária Municipal de Infraestrutura

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 33/2025
 PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2025**

**ANEXO I
 TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO

Constitui objeto deste termo o REGISTRO DE PREÇOS para **Contratação de empresa especializada para Aquisição parcelada de materiais de construção, elétrico, hidráulico e ferramentas, destinado para manutenção da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

1.1. - IDICAÇÃO DE MARCA NO OBJETO

Quando houver a indicação de Marca como parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto a ser licitado, o mesmo poderá ser cotado de marca equivalente, similar, ou de melhor qualidade.

1.2. ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS:

LOTE 1					
Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
5	19	Unidades	ALICATE DE BICO 6' POLEGADAS	R\$ 67,00	R\$ 1.273,00
6	15	Unidades	ALICATE UNIVERSAL PROFISSIONAL C/ CABO ISOLADO DE 8" POLEGADAS	R\$ 55,18	R\$ 827,70
21	32	Unidades	ARCO SERRA ALTA TENSÃO	R\$ 58,96	R\$ 1.886,72
38	13	Unidades	BAINHA P/FACAO 18"	R\$ 40,80	R\$ 530,40
39	75	Unidades	BALDE CAÇAMBA 08L	R\$ 33,73	R\$ 2.529,75
40	60	Unidades	BALDE METÁLICO 10 LITROS P/ CONCRETO	R\$ 44,90	R\$ 2.694,00
41	125	Unidades	BALDE PLÁSTICO P/ CONCRETO C/12L	R\$ 19,50	R\$ 2.437,50
1	60	Unidades	ADAPTADOR UNIVERSAL 2P + T 10 A	R\$ 7,00	R\$ 420,00
3	17	Unidades	ALAVANCA DE FERRO LISA REDONDA 1,50MT	R\$ 99,00	R\$ 1.683,00
4	100	Unidades	ALÇA PREFORMADA CABO MULTIPLEXADO NI 35MM2	R\$ 40,90	R\$ 4.090,00
13	26	Rolos	ARAME FARPADO C/500M	R\$ 377,44	R\$ 9.813,44
14	36	Unidades	ARAME GAL. 18KG	R\$ 37,35	R\$ 1.344,60
15	36	Unidades	ARAME GAL.08 (KG) 4,18MM	R\$ 41,47	R\$ 1.492,92
16	29	Unidades	ARAME GAL.10 (KG) 3,4MM	R\$ 37,17	R\$ 1.077,93
17	28	Quilogramas	ARAME GAL.20 (KG)	R\$ 42,54	R\$ 1.191,12
18	58	Rolos	ARAME RECONZIDO 100M	R\$ 36,00	R\$ 2.088,00
19	143	Rolos	ARAME RECONZIDO TRANÇADO 100 M	R\$ 36,00	R\$ 5.148,00
20	144	Quilogramas	ARAME RECUZ.500GR	R\$ 13,50	R\$ 1.944,00
29	535	Unidades	ARRUELA ALUM.1" CX.PADRAO	R\$ 1,68	R\$ 898,80
30	563	Unidades	ARRUELA ALUM.3/4" CX.PADRAO	R\$ 1,60	R\$ 900,80
31	143	Unidades	ARRUELA DE METAL 5/16 LISA ..	R\$ 2,83	R\$ 404,69

32	183	Unidades	ARRUELA GAL.1"	R\$ 7,54	R\$ 1.379,82
33	175	Unidades	ARRUELA GAL.1/2	R\$ 2,02	R\$ 353,50
34	205	Unidades	ARRUELA GAL.3/4	R\$ 4,80	R\$ 984,00
60	140	Unidades	BLOCO DE ESPUMA 23X13X8CM P/PEDREIRO	R\$ 5,95	R\$ 833,00
74	73	Unidades	BROCA AÇO RAPIDO 3/16	R\$ 7,13	R\$ 520,49
75	48	Unidades	BROCA CHATA -3/8"	R\$ 11,20	R\$ 537,60
76	50	Unidades	BROCA DE VIDEA PARA CONCRETO 8MM	R\$ 12,00	R\$ 600,00
77	55	Unidades	BROCA LONGA P/ CONCRETO 12MM	R\$ 26,00	R\$ 1.430,00
78	1360	Unidades	BUCHA PAREDE Nº 08	R\$ 0,15	R\$ 204,00
79	70	Unidades	BUCHA PAREDE Nº 10	R\$ 0,14	R\$ 9,80
80	655	Unidades	BUCHA RED 25-20 CURTA	R\$ 0,65	R\$ 425,75
81	710	Unidades	BUCHA RED 40-25 CURTA	R\$ 5,22	R\$ 3.706,20
82	470	Metros	CABO DE AÇO	R\$ 13,56	R\$ 6.373,20
103	90	Unidades	CADEADO 30 MM	R\$ 21,25	R\$ 1.912,50
104	115	Unidades	CADEADO 35MM	R\$ 22,22	R\$ 2.555,30
105	105	Unidades	CADEADO 45MM.	R\$ 36,94	R\$ 3.878,70
106	90	Unidades	CADEADO 50 MM	R\$ 51,51	R\$ 4.635,90
107	95	Unidades	CADEADO 60MM	R\$ 94,54	R\$ 8.981,30
108	125	Unidades	CADEADO E-20	R\$ 13,66	R\$ 1.707,50
109	75	Unidades	CADEADO E-40	R\$ 27,42	R\$ 2.056,50
132	225	Metros	CALHA ZINCO (TAMANHO 15X15X20CM)	R\$ 16,87	R\$ 3.795,75
133	38	Unidades	CÂMARA DE AR P/GALIOTA DE MAO ARO 3,25X8	R\$ 26,83	R\$ 1.019,54
140	57	Unidades	CANTONEIRA 04X6" 3M	R\$ 63,00	R\$ 3.591,00
141	57	Unidades	CANTONEIRA 08X10" 3M	R\$ 78,75	R\$ 4.488,75
142	56	Unidades	CANTONEIRA L AL.POL.1/2 3M	R\$ 222,00	R\$ 12.432,00
156	39	Unidades	CARRINHO DE MÃO (CAÇAMBA REDONDA METÁLICA C/50L E PNEU COM CÂMARA)	R\$ 179,99	R\$ 7.019,61
157	30	Unidades	CARRINHO DE MÃO (CAÇAMBA REDONDA METÁLICA C/50L E PNEU SECO)	R\$ 179,72	R\$ 5.391,60
158	22	Unidades	CAVADEIRA RETA COM CABO DE MADEIRA DE 140CM	R\$ 61,20	R\$ 1.346,40
159	11	Unidades	CHAVE GRIFO 10"	R\$ 47,69	R\$ 524,59
160	14	Unidades	CHAVE TESTE DIGITAL 220V	R\$ 9,27	R\$ 129,78
164	24	Unidades	COLHER DE PEDREIRO HASTE CURVADA 10"	R\$ 42,39	R\$ 1.017,36
173	114	Unidades	CONE P/SINALIZAÇÃO (75CM PRETO E AMARELO)	R\$ 45,72	R\$ 5.212,08
174	26	Unidades	CONECTOR DE PERFURAÇÃO 150MM	R\$ 22,00	R\$ 572,00
175	26	Unidades	CONECTOR DE PERFURAÇÃO 70MM	R\$ 11,58	R\$ 301,08
176	36	Unidades	CONECTOR P/ HASTE ATERRAMENTO 5/8	R\$ 15,40	R\$ 554,40
177	36	Unidades	CONECTOR P/CABO 06MM	R\$ 3,28	R\$ 118,08
178	29	Unidades	CONECTOR PERFURAÇÃO REF. 16-95	R\$ 10,90	R\$ 316,10
179	210	Unidades	CONECTOR PERFURANTE PARA CABO 35MM	R\$ 12,08	R\$ 2.536,80
186	480	Metros	CORDA ECO 10MM	R\$ 4,46	R\$ 2.140,80

198	16	Unidades	DESENTUPIDOR MANUAL TUFÃO 05M TH	R\$ 64,00	R\$ 1.024,00
199	22	Unidades	DESENTUPIDOR PARA VASO SANITÁRIO COM CABO 60CM	R\$ 11,29	R\$ 248,38
200	85	Unidades	DISCO CORTE 07" STAR/SATURNO	R\$ 5,38	R\$ 457,30
201	85	Unidades	DISCO CORTE 09" CARBORUNDUM	R\$ 13,38	R\$ 1.137,30
202	30	Unidades	DISCO CORTE 71/16X7/8	R\$ 39,95	R\$ 1.198,50
203	20	Unidades	DISCO DE CORTE 41/2X3/64X7/8	R\$ 5,91	R\$ 118,20
204	30	Unidades	DISCO DE CORTE 41/2X7/5	R\$ 31,16	R\$ 934,80
205	20	Unidades	DISCO DE LIXA 4.1/2" Nº016	R\$ 4,38	R\$ 87,60
221	64	Unidades	DOBRADIÇA 3 /6/2 GALVANIZADA	R\$ 16,07	R\$ 1.028,48
222	25	Unidades	DOBRADIÇA CANCELA BOCA LOBO 5/8" UND	R\$ 28,90	R\$ 722,50
223	10	Unidades	DUCHA HIGIÊNICA COM REGISTRO E DERIVAÇÃO LIFT CROMADO: 1 REGISTRO, 1 DUCHA MANUAL, 1 FLEXIVEL, 1 SUPORTE, 2 PARAFUSOS, 2 BUCHAS, 1 RESTRITOR DE FLUXO E 1 MANUAL DE INSTALAÇÃO - DIMENSÕES DO PRODUTO 9,8 X 8,1 X 17,1 CM; 960 G	R\$ 37,10	R\$ 371,00
224	54	Unidades	DUREPOXI 050GR	R\$ 7,80	R\$ 421,20
225	71	Unidades	ELETRODO MAGIM 3,25	R\$ 37,20	R\$ 2.641,20
226	56	Unidades	ELETRODO STAR 2,50	R\$ 5,88	R\$ 329,28
236	51	Unidades	ENXADA LARGA COM CABO DE MADEIRA 150CM	R\$ 37,20	R\$ 1.897,20
237	3	Unidades	ESCADA EXTENSIVA 2X10 ALUMÍNIO - 07 DEGRAUS -	R\$ 578,00	R\$ 1.734,00
238	10	Unidades	ESCADA EXTENSIVA 2X10 ALUMÍNIO - 20 DEGRAUS (CAPACIDADE DE 150 KG, ALTURA MÁXIMA: 5,05MTS)	R\$ 1.250,00	R\$ 12.500,00
239	20	Unidades	ESPATULA 10CM CB PLASTICO.	R\$ 11,60	R\$ 232,00
240	16	Unidades	ESPELHO COM MOLDURA, TAM: 1,20 X 0,80CM	R\$ 165,86	R\$ 2.653,76
241	15	Unidades	ESQUADRO 30 CM C/ALUMINIO	R\$ 33,50	R\$ 502,50
242	229	Pacotes	ESTOPAS (PACOTE C/180G)	R\$ 11,27	R\$ 2.580,83
245	18	Unidades	FACÃO C/18 POLEGADAS (CABO DE POLIPROPILENO DE 12CM E LÂMINA DE 45CM)	R\$ 24,99	R\$ 449,82
246	82	Unidades	FECHADURA EXTERNA SOBREPOR	R\$ 44,66	R\$ 3.662,12
247	97	Unidades	FECHADURA INOX 803/03 EXTERNA ALAVANCA	R\$ 77,32	R\$ 7.500,04
248	74	Unidades	FECHADURA INTERNA DE EMBUTIR	R\$ 53,00	R\$ 3.922,00
249	52	Unidades	FECHADURA PORTÃO 701/100 SOBREPOR INOX	R\$ 68,79	R\$ 3.577,08
250	13	Unidades	FECHADURA/EXTERNA	R\$ 85,19	R\$ 1.107,47
251	62	Unidades	FERROLHO PARA JANELA	R\$ 15,00	R\$ 930,00
252	72	Unidades	FERROLHO PARA PORTA.	R\$ 8,02	R\$ 577,44
260	7	Unidades	FITA ADESIVA DEMARCAÇÃO SOLO 48MM X 14M	R\$ 17,02	R\$ 119,14
261	57	Unidades	FITA ALTA FUSAO 10M X 20M	R\$ 23,88	R\$ 1.361,16
262	69	Metros	FITA ANTIDERRAPANTE 50MM X 5M (PRETA)	R\$ 29,55	R\$ 2.038,95
263	90	Unidades	FITA CREPE 3M 18X50M.	R\$ 8,50	R\$ 765,00

264	72	Rolos	FITA DE SINALIZAÇÃO - CONFECCIONADA EM POLIETILENO LISTRADO AMARELO/PRETO OU LARANJA/BRANCO, COM 07 CM DE LARGURA, EM ROLOS DE 200 MTS.	R\$ 24,44	R\$ 1.759,68
265	205	Rolos	FITA ISOLANTE - (ROLO C/20MT)	R\$ 12,59	R\$ 2.580,95
266	193	Rolos	FITA VEDA ROSCA 18MM ROLO C/10MT	R\$ 6,14	R\$ 1.185,02
268	34	Unidades	FOICE ROÇADEIRA EM AÇO COM CABO DE MADEIRA 110CM	R\$ 39,85	R\$ 1.354,90
273	12	Unidades	FURADEIRA ELÉTRICA COM IMPACTO 700WATTS-220V)	R\$ 278,00	R\$ 3.336,00
278	100	Pacotes	GRAMPO P/ CERCA 1X9 GALVANIZADO (PACOTE C/1KG)	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00
279	260	Pacotes	GRAMPO P/ FIO (PACOTE C/25 UNIDADE)	R\$ 10,56	R\$ 2.745,60
321	14	Unidades	KIT COM BROCAS PONTAS BITS E CHAVE CATRACA 101 PEÇAS (777209881)	R\$ 183,12	R\$ 2.563,68
324	53	Unidades	LAMINA SERRA	R\$ 10,80	R\$ 572,40
358	40	Pares	LUVA TRICOTADA PIGMENTADA (EMBORRACHADA SEGURANÇA ANTIDERRAPANTE REFORÇADA DE ALGODÃO)	R\$ 6,71	R\$ 268,40
378	20	Rolos	MANTA GEOTEXTIL BIDIM PARA DRENAGEM (LARGURA 2,30M)	R\$ 491,25	R\$ 9.825,00
379	25	Unidades	MARTELO DE UNHA COM CABO DE MADEIRA 18MM	R\$ 33,00	R\$ 825,00
380	17	Unidades	MARTELO DE UNHA COM CABO DE MADEIRA 20MM (777207706)	R\$ 39,86	R\$ 677,62
389	47	Unidades	PÁ QUADRADA C/CABO DE MADEIRA C/71CM	R\$ 35,81	R\$ 1.683,07
392	290	Unidades	PARAFUSO MAD. 48X55 .	R\$ 0,73	R\$ 211,70
393	140	Unidades	PARAFUSO SANITARIO COM BUCHA 10	R\$ 16,35	R\$ 2.289,00
395	14	Unidades	PASADOR DE FIO (C/10MT COM ALMA DE AÇO)	R\$ 25,00	R\$ 350,00
402	29	Unidades	PENEIRA AREIA ARO 50 E 55	R\$ 39,33	R\$ 1.140,57
404	12	Unidades	PERNEIRA EM DE COURO, TAMANHO M	R\$ 35,65	R\$ 427,80
410	27	Unidades	PICARETA C/CABO DE MADEIRA DE 90CM	R\$ 97,20	R\$ 2.624,40
428	38	Unidades	PORTA TOALHA HORIZONTAL C/ 50CM	R\$ 36,51	R\$ 1.387,38
433	159	Quilogramas	PREGO 08X08 (5/8X18) 500GR C/C	R\$ 28,43	R\$ 4.520,37
434	125	Quilogramas	PREGO 10X10 COM CABEÇA	R\$ 27,49	R\$ 3.436,25
435	140	Quilogramas	PREGO COM CABEÇA 13 X 21 EMBALAGEM 01 KG	R\$ 19,87	R\$ 2.781,80
436	125	Quilogramas	PREGO 6X6	R\$ 29,90	R\$ 3.737,50
437	17	Pacotes	PREGO PARA TELHA GALVANIZADA 18X30MM COM CABEÇA (PCT DE 500G)	R\$ 45,04	R\$ 765,68
438	17	Pacotes	PREGO PARA TELHA GALVANIZADA 18X36MM COM CABEÇA (PCT DE 500G)	R\$ 73,05	R\$ 1.241,85
465	84	Unidades	RESISTENCIA P/ CHUVEIRO 7500W 220V	R\$ 55,68	R\$ 4.677,12
474	13	Unidades	SERRA CIRCULAR 7.1/4" DE 1500W DE POTÊNCIA E 220V	R\$ 667,00	R\$ 8.671,00
475	10	Unidades	SERRA MÁRMORE COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.300 WATTS, VOLTAGEM 220V E COM 02 (DOIS) DISCOS.	R\$ 472,76	R\$ 4.727,60

485	37	Unidades	SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO INOX	R\$ 111,93	R\$ 4.141,41
487	32	Unidades	TALHADEIRA DE AÇO GRANDE	R\$ 27,51	R\$ 880,32
488	45	Metros	TAPETE VINIL 1,00 X 1,20 CORES VARIADAS	R\$ 143,99	R\$ 6.479,55
541	24	Unidades	TRENA DE AÇO C/ 3M X 13MM COM TRAVA	R\$ 25,38	R\$ 609,12
542	8	Unidades	TRENA DE AÇO C/ 5M X 19MM COM TRAVA	R\$ 36,74	R\$ 293,92
569	12	Unidades	VASO MATERIAL: POLIETILENO , CAPACIDADE: 73 L, COR: MARROM , ALTURA: 73 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACABAMENTO TEXTURIZADO , COMPRIMENTO: 40 CM, LARGURA: 40 C	R\$ 275,15	R\$ 3.301,80
570	10	Unidades	VASO PLANTA, TAM: 70 X 52, RUSTICO DE CONCRETO	R\$ 170,00	R\$ 1.700,00
573	30	Unidades	VASSOURA NYLON C/ CABO DE MADEIRA 40 X 1,20CM	R\$ 16,40	R\$ 492,00

R\$
TOTAL DO LOTE 291.064,86

LOTE 2

Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
9	83	Unidades	ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITÁRIO COM GUIA	R\$ 14,79	R\$ 1.227,57
10	65	Unidades	ANEL VEDACAO ESGOTO 050MM	R\$ 3,00	R\$ 195,00
35	168	Unidades	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADADO C/TAMPA	R\$ 138,00	R\$ 23.184,00
36	125	Unidades	ASSENTO SANITÁRIO SIMPLES .	R\$ 29,51	R\$ 3.688,75
54	35	Unidades	BICO TORNEIRA METAL 1/2X1/2	R\$ 6,00	R\$ 210,00
64	110	Unidades	BOIA CX.DESCARGA 1/2"	R\$ 21,89	R\$ 2.407,90
65	60	Unidades	BOIA P/ TANQUE	R\$ 17,30	R\$ 1.038,00
66	27	Unidades	BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA PARA POÇO C/ 900/450W-220V (777207505)	R\$ 730,00	R\$ 19.710,00
111	18	Unidades	CAIXA D' AGUA 1000 LT COM TAMPA POLIETILENO	R\$ 549,00	R\$ 9.882,00
112	5	Unidades	CAIXA D' AGUA 2.000 LT POLIETILENO	R\$ 941,10	R\$ 4.705,50
113	11	Unidades	CAIXA D'ÁGUA (COM TAMPA 1.000 LITROS POLIETILENO)	R\$ 522,00	R\$ 5.742,00
114	6	Unidades	CAIXA D'ÁGUA (COM TAMPA 15.000 LITROS POLIETILENO)	R\$ 5.500,00	R\$ 33.000,00
115	9	Unidades	CAIXA D'ÁGUA (COM TAMPA 2.000 LITROS POLIETILENO)	R\$ 1.480,00	R\$ 13.320,00
116	22	Unidades	CAIXA D'ÁGUA (COM TAMPA 500 LITROS POLIETILENO)	R\$ 330,00	R\$ 7.260,00
117	11	Unidades	CAIXA D'ÁGUA (COM TAMPA 5000 LITROS POLIETILENO)	R\$ 2.410,00	R\$ 26.510,00
118	144	Unidades	CAIXA DE DESCARGA PAREDE PLÁSTICA P/ VASO SANITÁRIO C/ 9 LTS.	R\$ 35,00	R\$ 5.040,00
119	10	Unidades	CAIXA DE GORDURA DN300 1481 18L (300X525X100MM)	R\$ 143,03	R\$ 1.430,30
124	41	Unidades	CAIXA DESCARGA ACOPLADA ACIONAMENTO DUPLO 3/6 LITROS	R\$ 278,05	R\$ 11.400,05
138	110	Unidades	CANO ESGOTO 100MM X 6MTS	R\$ 88,00	R\$ 9.680,00
139	125	Unidades	CANO ESGOTO 40MM X 6MTS	R\$ 30,00	R\$ 3.750,00

144	40	Unidades	CAP ALUMINIO 50MM	R\$ 7,90	R\$ 316,00
145	153	Unidades	CAP ESGOTO 040MM	R\$ 5,40	R\$ 826,20
146	146	Unidades	CAP ESGOTO 100MM	R\$ 5,00	R\$ 730,00
147	134	Unidades	CAP ESGOTO DE 25MM	R\$ 2,42	R\$ 324,28
148	116	Unidades	CAP ESGOTO DE 50 MM	R\$ 6,95	R\$ 806,20
149	177	Unidades	CAP PVC ESGOTO 40 MM	R\$ 4,13	R\$ 731,01
150	110	Unidades	CAP ROSCAVEL 1" BRANCO.	R\$ 6,03	R\$ 663,30
151	93	Unidades	CAP ROSCAVEL 1/2" BRANCO	R\$ 1,44	R\$ 133,92
152	28	Unidades	CAP SOLDAVEL 020MM.	R\$ 1,65	R\$ 46,20
153	25	Unidades	CAP SOLDAVEL 040MM.	R\$ 6,30	R\$ 157,50
161	38	Unidades	CHUVEIRO ELÉTRICO (MÍNIMO DE 3 TEMPERATURAS 220V)	R\$ 70,00	R\$ 2.660,00
163	95	Unidades	COLA PVC BISNAGA 75GR	R\$ 5,25	R\$ 498,75
190	95	Unidades	CURVA 040MM ESG.CURTA	R\$ 4,21	R\$ 399,95
191	160	Unidades	CURVA 050MM ESG.CURTA	R\$ 9,50	R\$ 1.520,00
192	150	Unidades	CURVA 100MM ESG.CURTA	R\$ 12,50	R\$ 1.875,00
196	17	Unidades	CURVA SOLDAVEL 25MM	R\$ 3,45	R\$ 58,65
197	107	Unidades	CURVA SOLDAVEL 40MM	R\$ 10,70	R\$ 1.144,90
282	30	Unidades	GRELHA P/ RALO DE ALUMINIO FUNDIDO 10X100CM	R\$ 68,60	R\$ 2.058,00
283	24	Unidades	GRELHA PLUVIAL 15X40 (COM TELA ANTI-INSETOS)	R\$ 71,78	R\$ 1.722,72
306	257	Unidades	JOELHO 45º - 020MM	R\$ 1,00	R\$ 257,00
307	263	Unidades	JOELHO 45º - 050MM	R\$ 2,77	R\$ 728,51
308	255	Unidades	JOELHO 90º 040MM	R\$ 2,77	R\$ 706,35
309	235	Unidades	JOELHO 90º 150MM.	R\$ 31,09	R\$ 7.306,15
310	250	Unidades	JOELHO ESGOTO 90º - 050MM	R\$ 2,84	R\$ 710,00
311	745	Unidades	JOELHO ESGOTO 90º - 100MM BRANCO	R\$ 7,15	R\$ 5.326,75
312	200	Unidades	JOELHO LISO ROSCA 25X1/2.	R\$ 2,85	R\$ 570,00
313	200	Unidades	JOELHO LISO/ROSCA 25X3/4".	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
314	175	Unidades	JOELHO METAL 90º - 1/2"	R\$ 4,71	R\$ 824,25
315	180	Unidades	JOELHO METAL 90º - 3/4"	R\$ 15,00	R\$ 2.700,00
316	200	Unidades	JOELHO SOLDAVEL 90º 75MM	R\$ 31,27	R\$ 6.254,00
317	150	Unidades	JUNÇÃO ESGOTO - 040MM	R\$ 4,20	R\$ 630,00
318	150	Unidades	JUNÇÃO ESGOTO - 050MM	R\$ 7,50	R\$ 1.125,00
319	150	Unidades	JUNÇÃO ESGOTO - 100-50MM	R\$ 22,31	R\$ 3.346,50
320	30	Unidades	KIT BANHEIRO C/ 5 (CINCO) PEÇAS É COMPOSTO POR: 1 CABIDE, 1 PORTA TOALHA DE ROSTO, 1 SABONETEIRA PAREDE, 1 PORTA TOALHA DE BANHO E 1 PORTA PAPEL HIGIÊNICO (ACOMPANHA BUCHAS E PARAFUSOS).	R\$ 54,76	R\$ 1.642,80
335	32	Unidades	LAVATORIO SUSPENSO DE LOUÇA 42X32X16,5CM (BRANCO)	R\$ 88,78	R\$ 2.840,96

336	30	Unidades	LAVATÓRIO SUSPENSO DE PLÁSTICO - TAM: 35,2CM X 15,2CM X 25,2CM (L X A X P), BRANCO, CAPACIDADE DE 3L.	R\$ 21,25	R\$ 637,50
350	200	Unidades	LUVA ESGOTO - 040MM	R\$ 1,34	R\$ 268,00
351	180	Unidades	LUVA ESGOTO - 050MM	R\$ 2,40	R\$ 432,00
352	150	Unidades	LUVA ESGOTO - 100MM	R\$ 4,72	R\$ 708,00
353	100	Unidades	LUVA LISA/ROSCA - 20X1/2"	R\$ 2,07	R\$ 207,00
354	180	Unidades	LUVA LISA/ROSCA - 25X3/4"	R\$ 2,52	R\$ 453,60
355	80	Unidades	LUVA SOLDAVEL - 20MM	R\$ 2,62	R\$ 209,60
356	80	Unidades	LUVA SOLDAVEL - 25MM	R\$ 2,78	R\$ 222,40
357	65	Unidades	LUVA SOLDAVEL 45º 60MM	R\$ 15,00	R\$ 975,00
387	50	Unidades	NIPEL ROSCAVEL 3/4 SOLDAVEL	R\$ 0,95	R\$ 47,50
405	17	Unidades	PIA 1,80 X 50 DE GRANITO C/ 2 CUBAS	R\$ 174,99	R\$ 2.974,83
406	9	Unidades	PIA DE AÇO INOX, MEDINDO 2,0 X 0,56M, COM DUAS CUBAS	R\$ 450,00	R\$ 4.050,00
407	17	Unidades	PIA DE COZINHA CONCRETADA AÇO INOX C/ 01 (UMA) CUBA CENTRAL 1,20M X 0,52CM	R\$ 230,50	R\$ 3.918,50
408	8	Unidades	PIA DE GRANITO C/4 CUBAS 2,10 X 0,60 - BEGE BAHIA, CINZA E VERDE UBATUBA	R\$ 1.825,58	R\$ 14.604,64
409	15	Unidades	PIA SINTÉTICA COZINHA - 1.00X0,53 CM	R\$ 166,60	R\$ 2.499,00
443	62	Unidades	RALO BRANCO SIMPLES	R\$ 11,25	R\$ 697,50
444	47	Unidades	RALO P/PIA	R\$ 8,00	R\$ 376,00
446	113	Unidades	REDUÇÃO ESGOTO - 050-040MM	R\$ 2,50	R\$ 282,50
447	113	Unidades	REDUÇÃO ESGOTO - 100-050MM	R\$ 7,90	R\$ 892,70
448	113	Unidades	REDUÇÃO ESGOTO - 100-075MM	R\$ 8,75	R\$ 988,75
456	90	Unidades	REGIST.ESF.SOLD. 050 MM	R\$ 36,40	R\$ 3.276,00
457	42	Unidades	REGIST.ESF.SOLD.020MM.	R\$ 12,90	R\$ 541,80
458	50	Unidades	REGIST.ESF.SOLD.040MM.	R\$ 22,20	R\$ 1.110,00
459	31	Unidades	REGISTRO REGULADOR DE GÁS COMPLETO + MANGUEIRA + ABRAÇADEIRA	R\$ 88,00	R\$ 2.728,00
463	28	Unidades	REPARO REGISTRO KELLY 14/16	R\$ 54,37	R\$ 1.522,36
476	46	Unidades	SIFAO SANFONADO C/ 50CM	R\$ 13,27	R\$ 610,42
477	65	Unidades	SIFÃO SANFONADO DUPLO	R\$ 16,51	R\$ 1.073,15
478	84	Unidades	SIFÃO SANFONADO SIMPLES	R\$ 13,27	R\$ 1.114,68
489	200	Unidades	TE ESGOTO - 040MM	R\$ 3,80	R\$ 760,00
490	200	Unidades	TE ESGOTO - 050MM	R\$ 4,53	R\$ 906,00
491	170	Unidades	TE ESGOTO - 100MM	R\$ 7,77	R\$ 1.320,90
492	110	Unidades	TE ESGOTO C/REDUCAO 075-50MM	R\$ 18,08	R\$ 1.988,80
493	90	Unidades	TE ESGOTO C/REDUCAO 100-50MM	R\$ 17,46	R\$ 1.571,40
494	120	Unidades	TE SOLDAVEL - 025MM	R\$ 3,08	R\$ 369,60
495	115	Unidades	TE SOLDAVEL - 050MM	R\$ 5,84	R\$ 671,60
496	110	Unidades	TE SOLDAVEL 40MM	R\$ 6,02	R\$ 662,20

497	95	Unidades	TE SOLDAVEL LISO/ROSCA - 20X1/2"	R\$ 2,60	R\$ 247,00
498	105	Unidades	TE SOLDAVEL LISO/ROSCA 25X1/2	R\$ 4,50	R\$ 472,50
568	48	Unidades	VALVULA 3.1/2" PARA PIA DE INOX	R\$ 32,40	R\$ 1.555,20
571	40	Unidades	VASO SANITARIO COMPLETO (TAMPA, SPUD, BUCHA E PARAFUSO)	R\$ 287,00	R\$ 11.480,00
572	31	Unidades	VASO SANITÁRIO COMPLETO BRANCO (KIT DE VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA DE 3/6L, COM ACIONAMENTO ECONÔMICO DUPLO, ACOMPANHANDO UM ASSENTO DE FECHAMENTO SUAVE, PARAFUSO PARA FIXAR, ANEL DE VEDAÇÃO E BUCHAS).	R\$ 586,93	R\$ 18.194,83
529	57	Unidades	TORNEIRA ABS METAL C25 1/4 VOLTA LAVATÓRIO BAIXO	R\$ 62,00	R\$ 3.534,00
530	18	Unidades	TORNEIRA DE BOIA 1/2? COM HASTE DE ALUMINIO	R\$ 25,63	R\$ 461,34
531	43	Unidades	TORNEIRA DE COZINHA ¼ INOX	R\$ 95,09	R\$ 4.088,87
532	53	Unidades	TORNEIRA DE COZINHA CROMADA ABS PAREDE 1/4 VOLTA	R\$ 51,25	R\$ 2.716,25
533	34	Unidades	TORNEIRA P/COZINHA AÇO INOX ESCOVADO 1/4 MESA BICA MÓVEL)	R\$ 80,08	R\$ 2.722,72
534	28	Unidades	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO BICA ALTA MESA DN15(1/2) VOLTA	R\$ 78,99	R\$ 2.211,72
535	53	Unidades	TORNEIRA PLASTICA COZINHA BRANCA C/AREJADOR - 1/4 DE VOLTA	R\$ 34,80	R\$ 1.844,40
536	68	Unidades	TORNEIRA PLÁSTICA DE BANCADA TIPO CISNE ½ MÍNIMO 18CM COR BRANCA	R\$ 26,33	R\$ 1.790,44
45	165	Unidades	TUBO, EM PVC, PARA ESGOTO, SOLDÁVEL, DIMENSÃO 50 MM X 6M.	R\$ 45,00	R\$ 7.425,00
549	128	Unidades	TUBO ESGOTO 100MM X 6MTS	R\$ 58,70	R\$ 7.513,60
550	122	Unidades	TUBO ESGOTO 40MM X 6MTS	R\$ 23,83	R\$ 2.907,26
551	140	Unidades	TUBO ESGOTO 50MM X 6MTS	R\$ 37,50	R\$ 5.250,00
552	57	Unidades	TUBO ESGOTO PVC 200MM (BARRA C/ 6MT)	R\$ 435,13	R\$ 24.802,41
553	86	Unidades	TUBO GALVANIZADO 1"	R\$ 45,86	R\$ 3.943,96
554	76	Unidades	TUBO GALVANIZADO 3/4"	R\$ 156,00	R\$ 11.856,00
555	64	Unidades	TUBO P/CX.DESCARGA COMUM	R\$ 24,90	R\$ 1.593,60
562	117	Unidades	TUBO PVC SOLDAVEL 20MM X 6 MTS	R\$ 16,00	R\$ 1.872,00
563	96	Unidades	TUBO ROSCAVEL 1"BRANCO (3M)	R\$ 25,04	R\$ 2.403,84
564	98	Unidades	TUBO ROSCAVEL 11/2	R\$ 98,04	R\$ 9.607,92
565	98	Unidades	TUBO ROSCAVEL 3/4"	R\$ 108,09	R\$ 10.592,82
566	111	Unidades	TUBO SOLDAVEL 025 MM	R\$ 41,71	R\$ 4.629,81
567	101	Unidades	TUBO SOLDAVEL 040MM	R\$ 43,17	R\$ 4.360,17
				R\$	
				TOTAL DO LOTE	441.771,51
LOTE 3					

Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
11	55	Unidades	ANTI FERRUGEM SPRAY= 300ML	R\$ 23,98	R\$ 1.318,90
12	50	Unidades	ANTI FERRUGEM WD-40	R\$ 55,00	R\$ 2.750,00
55	150	Unidades	BISNAGA CORES VARIADAS 50 ML	R\$ 8,19	R\$ 1.228,50
155	53	Unidades	CARBOLINEUM C/ 3,6 LT	R\$ 186,95	R\$ 9.908,35
130	245	Unidades	CAL C/15KG	R\$ 16,60	R\$ 4.067,00
131	347	Unidades	CAL HIDRATADA 20 KG	R\$ 21,00	R\$ 7.287,00
267	123	Unidades	FIXADOR DE CAL C/ 150ML	R\$ 2,75	R\$ 338,25
276	31	Unidades	GALVITE 3,6	R\$ 80,00	R\$ 2.480,00
277	160	Quilogramas	GESSO KG	R\$ 6,25	R\$ 1.000,00
287	65	Unidades	IMPERMEABILIZANTE (TIPO VEDACIT, VONDER, VEDAPREN, ENTRE OUTRAS IGUAL OU SUPERIOR) - 18LTS	R\$ 382,00	R\$ 24.830,00
288	61	Unidades	IMPERMEABILIZANTE (TIPO VEDAPREN, VADACIT, VONDER ENTRE OUTROS IGUAL OU SUPERIOR) (3,6KG)	R\$ 70,00	R\$ 4.270,00
337	254	Unidades	LIXA D`AGUA Nº 080	R\$ 2,50	R\$ 635,00
338	284	Unidades	LIXA FERRO 120	R\$ 2,59	R\$ 735,56
339	334	Unidades	LIXA FERRO Nº 080	R\$ 2,76	R\$ 921,84
340	284	Unidades	LIXA FERRO Nº 100	R\$ 2,61	R\$ 741,24
341	244	Unidades	LIXA MADEIRA DE 100	R\$ 1,66	R\$ 405,04
383	345	Latas	MASSA ACRILICA - 18L	R\$ 279,42	R\$ 96.399,90
384	405	Unidades	MASSA ACRÍLICA PCT 25 KG	R\$ 75,00	R\$ 30.375,00
385	420	Unidades	MASSA CORRIDA BD 27KG	R\$ 68,00	R\$ 28.560,00
462	182	Latas	REMOVEDOR TINTA 900G	R\$ 45,95	R\$ 8.362,90
464	46	Latas	RESINA ACRILICA - 18L..	R\$ 295,00	R\$ 13.570,00
470	212	Unidades	ROLO DE PINTURA DE LÃ ANTI-GOTA 23CM	R\$ 16,71	R\$ 3.542,52
471	92	Unidades	ROLO LÃ - 15CM	R\$ 15,37	R\$ 1.414,04
472	92	Unidades	ROLO LÃ - 23CM	R\$ 14,99	R\$ 1.379,08
473	92	Latas	SELADOR ACRÍLICO - 5 L	R\$ 72,65	R\$ 6.683,80
479	47	Unidades	SILICONE ACÉTICO 280 G	R\$ 22,36	R\$ 1.050,92
480	43	Unidades	SILICONE TRANSPARENTE 270ML TIPO TEK BOND	R\$ 16,63	R\$ 715,09
481	84	Unidades	SODA CAUSTICA - 1KG	R\$ 26,45	R\$ 2.221,80
483	82	Galões	SOLVENTE DE 5 LITRO	R\$ 106,25	R\$ 8.712,50
484	72	Unidades	SOLVENTE RAZ 900ML.	R\$ 21,20	R\$ 1.526,40
504	90	Unidades	THINNER 900ML	R\$ 21,00	R\$ 1.890,00
507	280	Unidades	TINTA ACRÍLICA 18L C/ RENDIMENTO E COBERTURA ENTRE 150 A 200M2 A BASE DE RESINA	R\$ 396,14	R\$ 110.919,20
508	238	Unidades	TINTA BASE ACR.GL 18L	R\$ 295,00	R\$ 70.210,00
509	158	Unidades	TINTA BASE D'ÁGUA BRILHANTE 3,6GL	R\$ 130,02	R\$ 20.543,16
510	148	Unidades	TINTA BASE ESMALTE SINTÉTICO BRANCO 3,6GL	R\$ 84,99	R\$ 12.578,52

511	35	Unidades	TINTA EMBORRACHADA IMPERMEAVEL LATA DE 18 LITROS	R\$ 430,00	R\$ 15.050,00
512	83	Unidades	TINTA ESMALTE 0,9 L	R\$ 28,05	R\$ 2.328,15
513	58	Unidades	TINTA OLEO 900ML.	R\$ 34,58	R\$ 2.005,64
514	155	Unidades	TINTA P/ PISO 18L CORES VARIADAS	R\$ 413,87	R\$ 64.149,85
515	155	Unidades	TINTA SPRAY - TUBO 400ML - ATÉ 2,7M² CORES VARIADAS	R\$ 25,11	R\$ 3.892,05
270	20	Galões	FUNDO PREPARADOR PARA GALVANIZADO	R\$ 128,00	R\$ 2.560,00
271	50	Galões	FUNDO PREPARADOR PARA PINTURA GALÃO DE 3600	R\$ 96,04	R\$ 4.802,00
543	117	Unidades	TRINCHA PINCEL 3POL	R\$ 25,92	R\$ 3.032,64
578	133	Unidades	VERNIZ BRILHANTE. DILUIÇÃO COM AGUARRÁZ: RENDIMENTO:¼ DE GALÃO (900 ML): ATÉ 30 M2/DEMÃO (	R\$ 28,95	R\$ 3.850,35
579	93	Unidades	VERNIZ EXTRA MARITIMO GL 3,6	R\$ 129,90	R\$ 12.080,70

R\$
TOTAL DO LOTE 597.322,89

LOTE 4

Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
325	25	Unidades	LÂMPADA DE 30W A 50W	R\$ 18,64	R\$ 466,00
326	122	Unidades	LAMPADA ESPIRAL 25W	R\$ 25,59	R\$ 3.121,98
327	42	Unidades	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA ECONOMICA 20W 220V	R\$ 23,99	R\$ 1.007,58
328	122	Unidades	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA ECONOMICA 25W 220V	R\$ 26,27	R\$ 3.204,94
329	387	Unidades	LAMPADA LED 24W	R\$ 23,99	R\$ 9.284,13
330	3297	Unidades	LAMPADA LED 25W E-27 BIVOLT	R\$ 9,35	R\$ 30.826,95
331	287	Unidades	LAMPADA LED 38W	R\$ 23,94	R\$ 6.870,78
332	312	Unidades	LAMPADA LED 40 W E-27 BIVOLT	R\$ 30,21	R\$ 9.425,52
333	58	Unidades	LÂMPADA VAPOR METÁLICA 200W 5000K - BASE E 40 P/ REFLETOR	R\$ 50,84	R\$ 2.948,72
334	140	Unidades	LÂMPADA VAPOR METÁLICA 400W 5000K - BASE E 40 P/ REFLETOR	R\$ 44,88	R\$ 6.283,20
187	200	Caixas	CORDÃO DE LED AZUL, LUZ AZUL 6,5MT, 220W LUZ PARADA	R\$ 85,00	R\$ 17.000,00
188	200	caixas	CORDÃO DE LED VERDE, LUZ VERDE 6,5MT, 220W LUZ PARADA	R\$ 85,00	R\$ 17.000,00
189	20	Caixas	CORDÃO DE LED VERDE, LUZ VERMELHA 6,5MT, 220W LUZ PARADA	R\$ 85,00	R\$ 1.700,00
367	15	Unidades	MANGUEIRA FITA LED BRANCO FRIO 100 METROS ACHATADA EFEITO NATAL 220V IP66 EXTERNA + 4 CONECTORES - LED	R\$ 417,00	R\$ 6.255,00
368	26	Rolos	MANGUEIRA LUMINOSA LED CORDA NATAL COLORIDO, ROLO 100M - 110V - 1092	R\$ 1.045,98	R\$ 27.195,48

369	10	Unidades	MANGUEIRA NEON AZUL - (CX C/100M, LUZ PARADA	R\$ 1.045,98	R\$ 10.459,80
370	10	Unidades	MANGUEIRA NEON LILAS - (CX C/100M, LUZ PARADA	R\$ 1.045,98	R\$ 10.459,80
371	10	Unidades	MANGUEIRA NEON VERDE - (CX C/100M, LUZ PARADA	R\$ 1.012,50	R\$ 10.125,00

R\$
TOTAL DO LOTE 173.634,88

LOTE 5

Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
26	446	Pacotes	ARGAMASSA COMUM (PACOTE C/ 20KG)	R\$ 30,00	R\$ 13.380,00
27	446	Pacotes	ARGAMASSA COMUM PISO SOBRE PISO (PACOTE C/20KG)	R\$ 45,66	R\$ 20.364,36
28	350	Unidades	ARGAMASSA P/ PORCELANATO PISO SOBRE PISO ACIII (PACOTE C/20KG P/ ÁREA INTERNA/EXTERNA	R\$ 38,00	R\$ 13.300,00
128	20	Unidades	CAIXA PLÁSTICA PARA ARGAMASSA 20L	R\$ 38,97	R\$ 779,40
37	680	Metros	AZULEJO 15X15 "A" BCO CX=2M	R\$ 120,69	R\$ 82.069,20
280	122	Metros Quadrados	GRANITO C/2CM DE ESPESSURA, COR BRANCO, MARROM, BEGE, VERDE UBATUBA, CINZA CORUMBA	R\$ 150,00	R\$ 18.300,00
394	610	metros	PASTILHA CERÂMICA AZULEJO BILHANTE 20X20	R\$ 174,34	R\$ 106.347,40
396	660	Metros Quadrados	PASTILHA CERAMICA AZULEJO 10X10 CM BRILHANTE	R\$ 82,19	R\$ 54.245,40
397	160	Metros Quadrados	PASTILHA CERAMICA AZULEJO 15X15 CM BRILHANTE	R\$ 77,33	R\$ 12.372,80
412	725	Metros	PISO CERAMICA 40X40 PI 4.	R\$ 24,80	R\$ 17.980,00
413	675	Metros	PISO CERAMICA 50X50 PI 4	R\$ 35,42	R\$ 23.908,50
414	585	Metros	PISO CERAMICO ANTIDERRAPANTE 33X 46	R\$ 46,98	R\$ 27.483,30
415	205	Metros Quadrados	PISO CERÂMICO LISO 33X46	R\$ 28,00	R\$ 5.740,00
416	550	Metros Quadrados	PISO CONCRETO 49,5X49,5X2,5	R\$ 16,08	R\$ 8.844,00
417	360	Metros	PISO PORCELANATO 40X40 (RETIFICADO)	R\$ 55,35	R\$ 19.926,00
418	340	Metros	PISO PORCELANATO 58X58 (RETIFICADO)	R\$ 76,50	R\$ 26.010,00
419	170	Unidades	PISO VINILICO LG FOSCO PAL 0584 M2	R\$ 90,00	R\$ 15.300,00
460	428	Pacotes	REJUNTE (PACOTE C/ 5KG)	R\$ 31,00	R\$ 13.268,00
461	262	Unidades	REJUNTE PCT 01 KG	R\$ 7,72	R\$ 2.022,64
482	30	Unidades	SOLEIRA DE GRANITO 0,70X0,20 - VERDE UBATUBA, PRETO, BEGE	R\$ 113,78	R\$ 3.413,40

R\$
TOTAL DO LOTE 485.054,40

LOTE 6

Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
------	--------	----------	------------------------	------------	-------------

83	580	Unidades	CABO PARALELO 2X2,5MM	R\$ 186,61	R\$ 108.233,80
84	15	Unidades	CABO QUADRIplex 35MM (ROLO DE 100 MTS)	R\$ 2.564,09	R\$ 38.461,35
85	5	Unidades	CABO FLEXIVEL 6,0MM (PRETO) - ROLO 100M - 750V	R\$ 519,00	R\$ 2.595,00
86	3	Unidades	CABO DE ALUMÍNIO UNIPOLAR SINGELO 35MM COM 100METROS	R\$ 1.205,60	R\$ 3.616,80
87	1	Unidades	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 15MM 450/750V (BOBINA 500M)	R\$ 708,00	R\$ 708,00
88	6	Unidades	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 10MM 450/750V (BOBINA 500M)	R\$ 621,30	R\$ 3.727,80
89	6	Unidades	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 16MM 450/750V (BOBINA 500M)	R\$ 1.070,00	R\$ 6.420,00
90	3	Unidades	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 25MM 450/750V (BOBINA 500M)	R\$ 556,27	R\$ 1.668,81
91	10	Metros	CABO DUPLEX DE ALUMÍNIO 16MM	R\$ 7,44	R\$ 74,40
92	49	Rolos	CABO FLEXIVEL 6,0 MM PRETO COM 100 METROS	R\$ 650,00	R\$ 31.850,00
93	23	Rolos	CABO FOREST FLEX.-4,0MM PRETO ROLO C/ 100 METROS	R\$ 476,99	R\$ 10.970,77
94	14	Rolos	CABO FOREST FLEX.-6,0MM PRETO ROLO C/ 100 METROS	R\$ 519,00	R\$ 7.266,00
95	15	Rolos	CABO FOREST FLEX-10,0MM PRETO ROLO C/ 100 METROS	R\$ 742,50	R\$ 11.137,50
96	15	Rolos	CABO FOREST FLEX-16,0MM PRETO ROLO C/ 100 METROS	R\$ 1.018,68	R\$ 15.280,20
97	16	Rolos	CABO PARALELO 4X1,50MM ROLO C/ 100 METROS	R\$ 550,00	R\$ 8.800,00
98	14	Rolos	CABO PP FLEX FORUSI 4X0,50 PTO ROLO C/ 100 METROS	R\$ 723,56	R\$ 10.129,84
99	31	Rolos	CABO RIGIDO DE 04MM (ROLO C/100MTS)	R\$ 211,76	R\$ 6.564,56
100	25	Rolos	CABO RIGIDO DE 10MM (ROLO C/100MTS)	R\$ 626,25	R\$ 15.656,25
101	26	Rolos	CABO RIGIDO DE 16MM (ROLO C/100MTS)	R\$ 1.024,54	R\$ 26.638,04
102	10	Rolos	CABO TELEFON.CCI 3 PARES MULT ROLO C/ 100 METROS	R\$ 191,83	R\$ 1.918,30
253	42	Rolos	FIO FLEX. 2,5 MM RL C/ 100M	R\$ 192,50	R\$ 8.085,00
254	30	Rolos	FIO FLEXIVEL 1.5MM (RL C/ 100M)	R\$ 153,81	R\$ 4.614,30
255	39	Rolos	FIO FLEXIVEL 4,0 MM PRETO 100 METROS	R\$ 240,36	R\$ 9.374,04
256	31	Rolos	FIO PARALELO 2X2,5MM RL C/ 100M	R\$ 248,84	R\$ 7.714,04
257	27	Rolos	FIO PARALELO 2X4,0 MM RL C/ 100 M	R\$ 505,84	R\$ 13.657,68
258	25	Rolos	FIO PARALELO BRANCO 2 X 1,5 MM 100 METROS	R\$ 220,00	R\$ 5.500,00
259	505	Metros	FIO QUADRIplex 16MM ALUMINIO	R\$ 6,75	R\$ 3.408,75
TOTAL DO LOTE					R\$ 364.071,23
LOTE 7					
Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total

348	20	Unidades	LUVA DE 2" PARA ELETRODUTO	R\$ 3,45	R\$ 69,00
193	2	Unidades	CURVA DE 2" PARA ELETRODUTO	R\$ 12,98	R\$ 25,96
194	117	Unidades	CURVA ELETRODUTO 1" 90º	R\$ 4,96	R\$ 580,32
195	87	Unidades	CURVA ELETRODUTO 2" 90º	R\$ 12,30	R\$ 1.070,10
120	282	Unidades	CAIXA DE IMBUTIR PARA ALVENARIA 4X4 AMARELA (REFORCADA)	R\$ 5,30	R\$ 1.494,60
121	10	Unidades	CAIXA DE PASSAGEM ELETRICA METÁLICA SOBREPOR 70X70CGR	R\$ 41,63	R\$ 416,30
122	20	Unidades	CAIXA DE PASSAGEM PARA SISTEMA DE TELEFONE TAM.40X40CM	R\$ 98,25	R\$ 1.965,00
123	63	Unidades	CAIXA DE SOBREPOR PARA 01 DISJUNTOR (PRETA)	R\$ 12,80	R\$ 806,40
125	33	Unidades	CAIXA DISJUNTOR 3/4	R\$ 23,40	R\$ 772,20
126	32	Unidades	CAIXA PADRÃO MONOFÁSICO COELBA	R\$ 181,80	R\$ 5.817,60
127	24	Unidades	CAIXA PADRAO TRIFASICA COELBA	R\$ 156,43	R\$ 3.754,32
129	175	Unidades	CAIXA PVC 4X2"	R\$ 18,40	R\$ 3.220,00
227	21	Unidades	ELETRODUTO ¾ PONTA E BOLSA COM 3M	R\$ 32,57	R\$ 683,97
228	6	Rolos	ELETRODUTO FLEXÍVEL 1/2" (CONDUÍTE) - ROLO COM 50METROS	R\$ 55,00	R\$ 330,00
229	6	Rolos	ELETRODUTO FLEXÍVEL 3/4" (CONDUÍTE) - ROLO COM 50METROS	R\$ 78,62	R\$ 471,72
230	31	Metros	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCAVEL 1"	R\$ 22,65	R\$ 702,15
231	36	Metros	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCAVEL 1/2'	R\$ 23,46	R\$ 844,56
232	1	Metros	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCAVEL 2"	R\$ 35,16	R\$ 35,16
233	21	Unidades	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCAVEL 3/4"	R\$ 55,34	R\$ 1.162,14
234	180	Unidades	EMENDA FORRO PVC	R\$ 46,39	R\$ 8.350,20
235	115	Unidades	EMENDA FORRO PVC COM 3 METROS	R\$ 36,00	R\$ 4.140,00
143	320	Unidades	CANTOS DE FORRO PVC	R\$ 4,50	R\$ 1.440,00
269	1710	Metros	FORRO DE PVC BRANCO FRISADO 8MM X 20CM/ L.	R\$ 25,44	R\$ 43.502,40
342	1250	Metros	LONA 10MT(LARG) PRETA	R\$ 4,23	R\$ 5.287,50
343	22	Rolos	LONA PRETA PLÁSTICA (4M X 100M - ROLO C/10KG).	R\$ 348,95	R\$ 7.676,90
344	9	Unidades	LONA PRONTA PARA COBERTURA DE TENDA PIRAMIDAL, TAM: 4MX4M, COR: BRANCA	R\$ 690,00	R\$ 6.210,00
469	372	Metros	RODA FORRO PVC BRANCO	R\$ 7,62	R\$ 2.834,64
365	170	Unidades	MANGOTE FLEXIVEL - 3"	R\$ 64,90	R\$ 11.033,00
366	36	Unidades	MANGUEIRA DE JARDIM C/30MT REFORÇADA TRANÇADA NÃO DOBRA.	R\$ 54,71	R\$ 1.969,56
372	425	Unidades	MANGUEIRA PRETA DE PLÁSTICO 3/4" (ROLO C/100MTS)	R\$ 3,26	R\$ 1.385,50
427	21	Unidades	PORTA SANFONADA PLÁSTICO PVC BRANCO C/ 2,10X0,80MT	R\$ 160,00	R\$ 3.360,00
546	67	Unidades	TUBO ELETROD.1"COMUM	R\$ 32,17	R\$ 2.155,39
547	72	Unidades	TUBO ELETROD.1.1/4"COMUM	R\$ 51,86	R\$ 3.733,92
548	62	Unidades	TUBO ELETROD.3/4"COMUM	R\$ 72,70	R\$ 4.507,40

					R\$
TOTAL DO LOTE					131.807,91
LOTE 8					
Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
362	30	Unidades	MALHA POP 4.2MM 10X10CM 2X3 METROS	R\$ 129,06	R\$ 3.871,80
363	180	Unidades	MALHA POP MÉDIO. FERRO 3.4MM, TAM : 0,20X0,20CMX2.0X3,0MTS	R\$ 144,74	R\$ 26.053,20
364	30	Unidades	MALHA POP REFORÇADO 4,2MM 15X15CM 2X3MTS	R\$ 144,74	R\$ 4.342,20
501	160	Unidades	TELHA METÁLICA GALVANIZADA RENDIMENTO: 2 METROS QUADRADOS. MATERIAL: AÇO GALVANIZADO, COMP: 100CM, LARG: 103MM, ESPESSURA: 0,43MM	R\$ 49,90	R\$ 7.984,00
503	120	Unidades	TELHAS GALVANIZADAS DE 6 METROS X 1,10 043MM	R\$ 220,99	R\$ 26.518,80
42	95	Unidades	BARRA CHATA 21/2 X1/6 M	R\$ 241,90	R\$ 22.980,50
43	165	Metros	BARRA CHATA 3/8 X 1/8	R\$ 25,00	R\$ 4.125,00
44	85	Metros	BARRA CHATA ALUMINIO 1 X 3/16 (2,54CM X 4,76MM)	R\$ 47,52	R\$ 4.039,20
46	125	Unidades	BARRA REDONDA 3/8 6M	R\$ 33,60	R\$ 4.200,00
243	215	Unidades	ESTRIBO VERGALHÃO DE AÇO 7X17	R\$ 1,80	R\$ 387,00
583	75	Unidades	MÓDULO DE ANDAIME 1,00 X 1,00M DESMONTAVEL	R\$ 264,50	R\$ 19.837,50
574	240	Barras	VERGALHAO - (FERRO 1/4) BARRA COM 12 METROS	R\$ 25,50	R\$ 6.120,00
575	390	Barras	VERGALHÃO - (FERRO 3/8) BARRA COM 12 METROS	R\$ 24,99	R\$ 9.746,10
576	290	Barras	VERGALHAO - (FERRO 4.2) BARRA COM 12 METROS	R\$ 24,24	R\$ 7.029,60
577	310	Barras	VERGALHAO - (FERRO 5/16) BARRA COM 12 METROS	R\$ 36,94	R\$ 11.451,40
544	140	Metros	TUBO AÇO GALVANIZADO 2,5" POLEGADAS. INCLUSO 02 (DOIS) CONJUNTOS DE PARAFUSOS DE CABEÇA FRANCESA COM PORCAS. ESPESSURA DA CHAPA 14MM	R\$ 275,00	R\$ 38.500,00
545	55	Unidades	TUBO DE AÇO GALVANIZADO NBR 5580 CL 1 C/ 6 METROS	R\$ 124,02	R\$ 6.821,10
556	70	Metros	TUBO PEAD CORRUGADO 375MM (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE C/ INTERIOR LISO)	R\$ 280,38	R\$ 19.626,60
557	70	Metros	TUBO PEAD CORRUGADO 475MM (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE C/ INTERIOR LISO)	R\$ 329,91	R\$ 23.093,70
558	70	Metros	TUBO PEAD CORRUGADO 600MM (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE C/ INTERIOR LISO)	R\$ 618,73	R\$ 43.311,10
559	70	Metros	TUBO PEAD CORRUGADO 800MM (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE C/ INTERIOR LISO)	R\$ 893,71	R\$ 62.559,70
560	50	Metros	TUBO PEAD CORRUGADO 1.200MM (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE C/ INTERIOR LISO)	R\$ 2.508,00	R\$ 125.400,00
561	50	Metros	TUBO PEAD CORRUGADO 1.500MM (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE C/ INTERIOR LISO)	R\$ 3.400,00	R\$ 170.000,00

					R\$
TOTAL DO LOTE					647.998,50

LOTE 8					
Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
302	25	Unidades	JANELA DE AÇO 1.00X1.00	R\$ 169,34	R\$ 4.233,50
303	28	Unidades	JANELA DE CORRER ALUMÍNIO 4 FOLHAS VIDRO LISO, COM ALIZAR E CONTRA MARCO. TAM 120 CM X 200CM	R\$ 388,99	R\$ 10.891,72
305	10	Unidades	JANELA DE VIDRO 1,10X1,20	R\$ 442,04	R\$ 4.420,40
423	28	Unidades	PORTA ALUMINIO C/ 2.10 X 0,80CM	R\$ 675,67	R\$ 18.918,76
581	27	Unidades	VITRO BASCULANTE ALUMINIO 100X100CM	R\$ 200,00	R\$ 5.400,00
582	30	Unidades	VITRO BASCULANTE ALUMINIO 40X40CM	R\$ 94,20	R\$ 2.826,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 46.690,38

LOTE 8					
Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
445	40	Unidades	RACK ABERTO COM SUPORTE PARA PORTAS ACRÍLICO OU PERFURADA 40U, PADRÃO 19", PROFUNDIDADE DE 970MM, ALTURA 1690MM, QUADRO TRASEIRO COM ABERTURA NA BASE PARA PASSAGEM DE CABOS.	R\$ 2.461,18	R\$ 98.447,20
TOTAL DO LOTE					R\$ 98.447,20

LOTE 8					
Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
346	90	Unidades	LUMINÁRIA CULBA 200W	R\$ 199,83	R\$ 17.984,70
347	80	Unidades	LUMINÁRIA TIPO SPOT SOBREPOR	R\$ 195,64	R\$ 15.651,20
449	34	Unidades	REFLETOR 250W	R\$ 298,30	R\$ 10.142,20
450	30	Unidades	REFLETOR 400W DE LED LINAER TORRE, DIRECIONAVEL IP68	R\$ 630,88	R\$ 18.926,40
451	21	Unidades	REFLETOR HOLOFOTE MICROLED SMD 300W RGB COLORIDO COM CONTROLE IP67	R\$ 89,30	R\$ 1.875,30
452	15	Unidades	REFLETOR HOLOFOTE MICROLED SMD 400W RGB COLORIDO COM CONTROLE IP67	R\$ 85,00	R\$ 1.275,00
453	109	Unidades	REFLETOR LED 200W HOLOFOTE - LUMINÁRIA BRANCO FRIO BIVOLT	R\$ 156,11	R\$ 17.015,99
454	78	Unidades	REFLETOR LED 400W HOLOFOTE - LUMINÁRIA BRANCO FRIO BIVOLT	R\$ 93,99	R\$ 7.331,22
455	7	Unidades	REFLETORES DE 1000 WATTS DE POTÊNCIA	R\$ 227,70	R\$ 1.593,90
420	190	Unidades	PLAFON PASTICO COM SOQUETE EM PORCELANA	R\$ 13,90	R\$ 2.641,00
439	20	Unidades	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 12 DISJUNTORES	R\$ 146,90	R\$ 2.938,00
440	10	Unidades	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 16 DISJUNTORES	R\$ 82,16	R\$ 821,60

441	10	Unidades	QUADRO DE MEDIÇÃO COM 12 DISJUNTORES	R\$ 5.929,00	R\$ 59.290,00
442	10	Unidades	QUADRO DE MEDIÇÃO COM 16 DISJUNTORES	R\$ 7.905,00	R\$ 79.050,00
110	1	Unidades	CAIXA QUADRO DE COMANDO PROVA D'AGUA IP66 300X200X150	R\$ 220,68	R\$ 220,68
244	64	Unidades	EXTENSÃO ELÉTRICA CABO C/ 5MTS TRIPOLAR BIVOLT É 3 TOMADAS	R\$ 27,81	R\$ 1.779,84
284	35	Unidades	HASTE PARA ATERRAMENTO E CONECTOR TIPO C	R\$ 59,40	R\$ 2.079,00
285	24	Unidades	HASTE PARA CHUVEIRO BRANCO DE 30CM	R\$ 20,00	R\$ 480,00
286	64	Unidades	HASTE TERRA 2.4M COBRE	R\$ 57,00	R\$ 3.648,00
289	170	Unidades	INTERRUPTOR 1 TECLA..	R\$ 20,34	R\$ 3.457,80
290	210	Unidades	INTERRUPTOR 2 TECLAS..	R\$ 20,00	R\$ 4.200,00
291	40	Unidades	INTERRUPTOR 3 TECLAS	R\$ 21,89	R\$ 875,60
292	190	Unidades	INTERRUPTOR DUPLO E TOMADAS 2P+T10A	R\$ 20,49	R\$ 3.893,10
293	20	Unidades	INTERRUPTOR PARALELO 1 (MÓDULO) TECLA	R\$ 10,52	R\$ 210,40
294	20	Unidades	INTERRUPTOR PARALELO 2 (MÓDULOS) TECLAS	R\$ 22,34	R\$ 446,80
295	20	Unidades	INTERRUPTOR PARALELO 3 (MÓDULOS) TECLAS	R\$ 22,34	R\$ 446,80
296	10	Unidades	INTERRUPTOR SIMPLES 1 (MÓDULO) TECLA	R\$ 22,59	R\$ 225,90
297	105	Unidades	INTERRUPTOR SIMPLES 10/A	R\$ 23,14	R\$ 2.429,70
298	15	Unidades	INTERRUPTOR SIMPLES 2 (MÓDULOS) TECLAS	R\$ 22,39	R\$ 335,85
299	15	Unidades	INTERRUPTOR SIMPLES 3 (MÓDULOS) TECLA	R\$ 22,59	R\$ 338,85
300	35	Unidades	INTERRUPTOR SIMPLES COM 2 TOMADAS DE EMBUTIR 2P + T 10A	R\$ 21,41	R\$ 749,35
516	100	Unidades	TOMADA 2P+TR.J.FEM-10A CZA	R\$ 15,31	R\$ 1.531,00
517	100	Unidades	TOMADA 2POLO JUN.FEMEA-10A	R\$ 18,69	R\$ 1.869,00
518	80	Unidades	TOMADA 3POLO JUN.FEMEA-20A	R\$ 26,17	R\$ 2.093,60
519	80	Unidades	TOMADA BIPOLAR 20A	R\$ 11,24	R\$ 899,20
520	22	Unidades	TOMADA DE EMBUTIR 1 (MÓDULO) 2P + T 10A	R\$ 13,31	R\$ 292,82
521	22	Unidades	TOMADA DE EMBUTIR 1 (MÓDULO) 2P + T 20A	R\$ 16,52	R\$ 363,44
522	25	Unidades	TOMADA DE EMBUTIR 2 (MÓDULOS) 2P + T 20A	R\$ 14,99	R\$ 374,75
523	25	Unidades	TOMADA DE EMBUTIR 2 (MÓDULOS) 2P + T 10A	R\$ 16,84	R\$ 421,00
524	25	Unidades	TOMADA DE EMBUTIR 3 (MÓDULO) 2P + T 20A	R\$ 16,52	R\$ 413,00
525	25	Unidades	TOMADA DE EMBUTIR 3 (MÓDULOS) 2P + T 10A	R\$ 17,59	R\$ 439,75
526	65	Unidades	TOMADA DUPLA INTERNA 2P + T 10A	R\$ 13,71	R\$ 891,15
527	35	Unidades	TOMADA EXT. 2PL+T	R\$ 7,00	R\$ 245,00
528	78	Unidades	TOMADA P/CANALETA (EXTERNA) SOBREPOR	R\$ 17,65	R\$ 1.376,70
171	320	Metros	CONDUITE 1/2"COMUM	R\$ 3,22	R\$ 1.030,40
172	410	Metros	CONDUITE 3/4"COMUM	R\$ 4,67	R\$ 1.914,70
180	5	Unidades	CONECTOR TIPO TERMINAL 10,0MM	R\$ 12,17	R\$ 60,85
181	30	Unidades	CONECTOR TIPO TERMINAL 2,5MM	R\$ 0,16	R\$ 4,80
182	30	Unidades	CONECTOR TIPO TERMINAL 4,0MM	R\$ 0,39	R\$ 11,70
183	25	Unidades	CONECTOR TIPO TERMINAL 6,0MM	R\$ 0,86	R\$ 21,50
184	1	Unidades	CONTATOR TRIFÁSICO DE 32 AMPERES DE 220V	R\$ 400,49	R\$ 400,49

185	1	Unidades	CONTATOR TRIFÁSICO DE 50 AMPERES DE 220V	R\$ 250,00	R\$ 250,00
53	260	Unidades	BASE E27 (BOCAL)	R\$ 11,39	R\$ 2.961,40
61	3630	Unidades	BOCAL C/RABICHO P/ (GAMBIARRA)	R\$ 3,31	R\$ 12.015,30
62	40	Unidades	BOCAL FOTO ELETRICO BIVOLT	R\$ 53,77	R\$ 2.150,80
63	130	Unidades	BOCAL LOUÇA E-27	R\$ 4,65	R\$ 604,50
134	105	Unidades	CANAETA DUPLA FACE 40X20X2000MM	R\$ 22,37	R\$ 2.348,85
137	950	Unidades	CANAETA P/ FIOS C/ FITA DUPLA FACE 20X10X2000MM	R\$ 15,00	R\$ 14.250,00
272	35	Unidades	RELE FOTOCELULA TIMER	R\$ 22,00	R\$ 770,00
47	21	Unidades	BARRAMENTO MONOFÁSICO PARA DISJUNTORES	R\$ 51,50	R\$ 1.081,50
48	21	Unidades	BARRAMENTO COBRE - BARRAMENTO COBRE TIPO: TRIFÁSICO , USO: DISJUNTOR , MODELO: PINO BRF 3 X 4 , APLICAÇÃO: PROTEÇÃO CIRCUITO ELÉTRICO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 8 LIGAÇÕES, 500 V , CORRENTE NOMINAL: 80	R\$ 225,55	R\$ 4.736,55
206	89	Unidades	DISJUNTOR 040 AMP	R\$ 22,43	R\$ 1.996,27
207	84	Unidades	DISJUNTOR 25A UNIPOLAR	R\$ 25,92	R\$ 2.177,28
208	80	Unidades	DISJUNTOR 40A DIN	R\$ 14,21	R\$ 1.136,80
209	47	Unidades	DISJUNTOR CCA DIM.2P 025AMP 6,0KA	R\$ 24,10	R\$ 1.132,70
210	10	Unidades	DISJUNTOR DE 100A	R\$ 147,09	R\$ 1.470,90
211	10	Unidades	DISJUNTOR DE 125A	R\$ 169,40	R\$ 1.694,00
212	2	Unidades	DISJUNTOR MONO 50A	R\$ 11,05	R\$ 22,10
213	10	Unidades	DISJUNTOR TRIFÁSICO 20A	R\$ 36,32	R\$ 363,20
214	10	Unidades	DISJUNTOR TRIFÁSICO 30A	R\$ 46,45	R\$ 464,50
215	10	Unidades	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40A	R\$ 49,20	R\$ 492,00
216	10	Unidades	DISJUNTOR TRIFASICO 50 A	R\$ 50,43	R\$ 504,30
217	10	Unidades	DISJUNTOR TRIFÁSICO 60A	R\$ 69,74	R\$ 697,40
218	10	Unidades	DISJUNTOR TRIFÁSICO 70A	R\$ 76,00	R\$ 760,00
219	10	Unidades	DISJUNTOR TRIFÁSICO 80A	R\$ 88,99	R\$ 889,90
220	32	Unidades	DISJUNTOR TRIP.030AMP	R\$ 23,10	R\$ 739,20
390	22	Unidades	PADRÃO MONFÁSICO COELBA COMPLETO: (1 PADRÃO COELBA MONOFÁSICO, 1 DISJUNTOR 40A MONOFASICO, 1 CURVA ELTODUTO 1 " 90GRAUS,1 CURVA ELETRODUTO 1" 180GRAUS, 1 CURVA ELETRODUTO TRÊS 3/4 90GRAU, 3 LUVA PVC PRETA COM ROSCA ELETRODUTO 1", 1 LUVA PVC PRETA COM ROSCA ELETRODUTO 3/4, 1 RAQUE LEVE PARA ROLDANA, 1 ROLDANA DE PORCELANA PARA RAQUE(REX), 1 BUCHA PARA ELETRODUTO DE 1", 1 ARRUELA PARA ELETRODUTO DE 1", 1 BUCHA PARA ELETRODUTO DE 3/4, 1 ARRUELA PARA ELETRODUTO DE 3/4, 1 CONECTOR PARA HASTE DE ATERRAMENTO, 1 CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO.	R\$ 181,80	R\$ 3.999,60

391	8	Unidades	PADRÃO TRIFÁSICO COELBA COMPLETO: (1 ARMAÇÃO PRESBOM 1 POLO MÉDIO, 1 ARRUELA ELETRODUTO 1.1/4, 1 ARRUELA ELETRODUTO 3/4", 1 BUCHA ELETRODUTO 1.1/4, 1 BUCHA ELETRODUTO 3/4", 1 CAIXA DE INSPENÇÃO CONICO PVC, 1 CAIXA DE MEDICÇÃO POLIFASICA, VISOR DE VIDRO AGRUPAMENTO, 3 CONECTOR PRÉ-ISOLADO 16MM 12MM, 6 CONECTOR PRÉ-ISOLADO 16MM 25MM, 1 CONECTOR P/ ATERRAMENTO, 1 CONECTOR SAPATA 35MM, 1 CURVA ELETRODUTO 180°X1.1/4", 1 CURVA ELETRODUTO 90°X1.1/4, 1 CURVA ELETRODUTO 90°X3/4", 1 DISJUNTOR TRIPOLAR 63-A CURVA C, 0,55 FIO FLEXÍVEL 16MM AZUL, 1,20 FIO FLEXÍVEL 16MM VERMELHO, 1,70 FIO FLEXÍVEL 16MM VERDE, 1 EMBALAGEM PAPELÃO POLIFÁSICO, 2 LUVA ELETRODUTO ROSQUEAVÉL 1.1/4, 1 LUVA ELETRODUTO ROSQUEAVEL3/4, 1 PARAFUSO GALVANIZADO, 1 ROLDANA 72X72). (707200829)	R\$ 327,40	R\$ 2.619,20
-----	---	----------	---	------------	--------------

R\$
TOTAL DO LOTE 339.337,28

LOTE 9

Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
2	56	Unidades	ADUELA P/PORTA (TAM: 210 X 0,80)	R\$ 176,80	R\$ 9.900,80
7	90	Metros	ALIZARES P/ JANELA DE MADEIRA MISTA 5X2CM	R\$ 78,00	R\$ 7.020,00
8	69	Jogos	ALIZARES P/PORTA (10CM X 1/2 CM.)	R\$ 98,95	R\$ 6.827,55
49	970	Metros	BARROTE 5X4 MISTA/ DE BOA QUALIDADE (777207491)	R\$ 10,50	R\$ 10.185,00
50	1020	Metros	BARROTE 7X7 MIST/PAR.(P/ETERNIT	R\$ 30,35	R\$ 30.957,00
51	1170	Metros	BARROTE DE MADEIRA MISTA 5X5CM	R\$ 15,76	R\$ 18.439,20
52	1020	Metros	BARROTE DE MADEIRA MISTA 8X8CM	R\$ 14,79	R\$ 15.085,80
168	120	Unidades	COMPENSADO 10MM 1,60 X 2,20MTS	R\$ 186,00	R\$ 22.320,00
169	115	Unidades	COMPENSADO 15MM 1,60 X 2,20	R\$ 187,80	R\$ 21.597,00
170	120	Unidades	COMPENSADO 18MM 1,60 X 2,20	R\$ 189,83	R\$ 22.779,60
301	40	Unidades	JANELA ALMOFADA MADEIRA MISTA 2 BANDAS 1,10X0,80CM (777207655)	R\$ 250,00	R\$ 10.000,00
304	28	Unidades	JANELA DE MADEIRA COM JOGOS DE GUARNIÇÃO PEÇAS DE CORRER, ESPESSURA 100MM. COM DOIS VIDROS DO LADO DIREITO E DOIS DO LADO ESQUERDO TAM 1,0 X 2,40 M	R\$ 376,38	R\$ 10.538,64
345	250	Unidades	LONGARINA DE MADEIRA 18X18 (PEÇA C/3MT PARA MATA BURRO)	R\$ 326,13	R\$ 81.532,50
359	130	Unidades	MADERITE PINUS ROSA C/ 12MM / 1,10 X 2,20MTS	R\$ 122,22	R\$ 15.888,60
360	160	Unidades	MADERITE PINUS ROSA C/ 20MM / 1,10 X 2,20MTS	R\$ 122,22	R\$ 19.555,20

361	257	Unidades	MADERITE PLASTIFICADO PRETO 1,10 X 2,20 - 14MM (PRETO)	R\$ 185,00	R\$ 47.545,00
398	725	metros	PEÇA DE MADEIRA MISTA 12X7	R\$ 146,71	R\$ 106.364,75
399	345	Metros	PEÇA DE MADEIRA MISTA PARA TELHADO 14X6	R\$ 55,50	R\$ 19.147,50
400	745	Metros	PEÇA DE MADEIRA MISTA PARA TELHADO 14X7	R\$ 54,75	R\$ 40.788,75
401	225	Unidades	PEÇAS DE EUCALIPTO TRATADO, TAM: 2,5M	R\$ 36,50	R\$ 8.212,50
421	43	Unidades	PORTA ALMOFADA MADEIRA MISTA 1,00X0,80CM	R\$ 358,70	R\$ 15.424,10
422	29	Unidades	PORTA ALMOFADA MADEIRA MISTA 2 BANDAS 2,10X80CM	R\$ 644,51	R\$ 18.690,79
424	33	Unidades	PORTA LISA C/ 2,10X60CM	R\$ 238,65	R\$ 7.875,45
425	48	Unidades	PORTA LISA C/ 2,10X80CM	R\$ 247,60	R\$ 11.884,80
426	10	Unidades	PORTA MDF 2,10 X 80	R\$ 278,00	R\$ 2.780,00
466	2010	Metros	RIPA TELHADO 4X1.1/2 - MADEIRA MISTA	R\$ 5,08	R\$ 10.210,80
467	1630	Unidades	RIPÃO 7X3 - MADEIRA MISTA/PARA	R\$ 10,79	R\$ 17.587,70
468	1850	Metros	RIPÃO DE MADEIRA MISTA PARA 5X3CM	R\$ 11,00	R\$ 20.350,00
486	440	Metros	TABUA DE PINUS APARELHADA (30CM DE LARGURA X 2CM DE ESPESSURA)	R\$ 31,95	R\$ 14.058,00

R\$
TOTAL DO LOTE 643.547,03

LOTE 10

Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
165	89	Unidades	COLUNA AÇO ARMADA 3 METROS (7X17) VERGALHÃO 3/8"	R\$ 166,00	R\$ 14.774,00
166	98	Unidades	COLUNA AÇO ARMADA 6 METROS (7X17) VERGALHAO 3/8"	R\$ 259,13	R\$ 25.394,74
167	138	Unidades	COLUNA PRONTA VERGALHÃO 5/16 COM 3 METROS	R\$ 79,95	R\$ 11.033,10
322	445	Metros	LAJE PREMOLDADA M2	R\$ 52,80	R\$ 23.496,00
323	350	Unidades	LAJOTA ISOPOR P/ TRILHO (LAJE) TAMANHO 1.00X0,33X0,7CM	R\$ 11,98	R\$ 4.193,00
373	70	Unidades	MANILHA DE CONCRETO (0,60CM ALTURA X 1MT LARGURA X 0,06CM DE ESPESSURA)	R\$ 281,88	R\$ 19.731,60
374	244	Unidades	MANILHA DE CONCRETO (0,80CM ALTURA X 1MT LARGURA X 0,06CM DE ESPESSURA)	R\$ 475,00	R\$ 115.900,00
375	100	Unidades	MANILHA DE CONCRETO Diâmetro de 1M	R\$ 515,77	R\$ 51.577,00
376	100	Unidades	MANILHA DE CONCRETO Diâmetro de 1,20M	R\$ 489,73	R\$ 48.973,00
377	100	Unidades	MANILHA DE CONCRETO Diâmetro de 1,50M	R\$ 889,00	R\$ 88.900,00
274	10	Unidades	GALERIA DE CONCRETO (1,50 X 1,50 X 1,00) SEÇÃO INTERNA: 1,50 M (LARGURA) X 1,50 M (ALTURA); COMPRIMENTO: 1,00 M; ESPESSURA MÍNIMA DAS PAREDES: 15 CM	R\$ 3.950,00	R\$ 39.500,00

275	10	Unidades	GALERIA DE CONCRETO (2,00 X 2,00 X 1,00) SEÇÃO INTERNA: 2,00 M (LARGURA) X 2,00 M (ALTURA); COMPRIMENTO: 1,00 M; ESPESSURA MÍNIMA DAS PAREDES: 15 CM OU 20 CM	R\$ 5.244,38	R\$ 52.443,80
386	102	Unidades	MOURÃO DE CONCRETO CURVO, TAM: 2,5M	R\$ 141,70	R\$ 14.453,40
403	11	Unidades	PERFIL VIGA FECHADA EM AÇO GALVANIZADO (GI - Z100), 150MM X 85MM; ESPESSURA: 0,95MM, PESO: 20,5KG / BARRA DE 6 METROS.	R\$ 226,73	R\$ 2.494,03
411	500	Unidades	PINGADEIRAS / CAPAS DE MURO - MODELO PADRÃO - 17 X 80 X 5 CM	R\$ 35,57	R\$ 17.785,00
429	40	Unidades	POSTE CONCRETO TIPO: SIMPLES , APLICAÇÃO: INSTALAÇÃO ELÉTRICA , ALTURA: 7,0 M, COMPRIMENTO TOPO: 120 MM, COMPRIMENTO BASE: 264 MM, LARGURA TOPO: 100 MM, LARGURA BASE: 190 MM	R\$ 728,83	R\$ 29.153,20
537	402	Metros	TRELIÇA COM 3 METROS	R\$ 42,95	R\$ 17.265,90
538	203	Metros	TRELIÇA COM 6 METROS	R\$ 70,00	R\$ 14.210,00
539	298	Unidades	TRELIÇA DE FERRO 6,3X4,2X VERGALHÃO 4,2MM H8 06MT	R\$ 54,53	R\$ 16.249,94
580	380	Metros	VIGA TRELIÇA DE CONCRETO P/LAJE (13CM LARGURA X 3CM ESPESSURA)	R\$ 14,85	R\$ 5.643,00
540	23	Unidades	TRELIÇA PARA COBERTURA METÁLICA, TAM: 40CM X 12,5CM, COM 6METROS	R\$ 429,50	R\$ 9.878,50

R\$
TOTAL DO LOTE 623.049,21

LOTE 11

Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
71	30	Unidades	BRAÇO CURVO GALVANIZADO DE 3 METROS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$ 169,50	R\$ 5.085,00
430	38	Unidades	POSTE DE FERRO GALVANIZADO QUADRADO C/ 7,5MT PARA PADRÃO COELBA	R\$ 977,42	R\$ 37.141,96
431	45	Unidades	POSTE GALVANIZADO 1 PÉTALA COM 6MT	R\$ 1.140,12	R\$ 51.305,40
432	10	Unidades	POSTE GALVANIZADO 2 PÉTALA 6MT	R\$ 1.814,85	R\$ 18.148,50

R\$
TOTAL DO LOTE 111.680,86

LOTE 12

Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
22	150	Latas	AREIA LAVADA LATA	R\$ 4,90	R\$ 735,00
23	730	Metros cubicos	AREIA LAVADA METROS CUBICOS	R\$ 230,00	R\$ 167.900,00
24	160	Latas	AREIA PRETA LATA	R\$ 7,97	R\$ 1.275,20

25	578	Metros cubicos	AREIA PRETA METROS CUBICOS.	R\$ 215,00	R\$ 124.270,00
56	40000	Unidades	BLOCO CERAMICO 19X14X09 9 FUROS	R\$ 1,77	R\$ 70.800,00
57	40000	Unidades	BLOCO CERAMICO 19X24X09 6 FUROS	R\$ 1,77	R\$ 70.800,00
58	10000	Unidades	BLOCO CIMENTO 10X40 (9X17X38	R\$ 1,71	R\$ 17.100,00
59	5500	Unidades	BLOCO CIMENTO 40X18X09	R\$ 1,83	R\$ 10.065,00
72	220	Latas	BRITA LATA Nº2	R\$ 4,90	R\$ 1.078,00
73	573	Metros cubicos	BRITA Nº2	R\$ 219,96	R\$ 126.037,08
135	1500	Unidades	CANALETA DE CIMENTO 40X09	R\$ 4,00	R\$ 6.000,00
136	3200	Unidades	CANALETA DE CIMENTO 40X15	R\$ 5,14	R\$ 16.448,00
162	4500	Sacos	CIMENTO CP II Z32 (SACO C/50KG	R\$ 49,21	R\$ 221.445,00
281	310	Metros cubicos	GRAVILHAO METROS CUBICOS	R\$ 230,38	R\$ 71.417,80
499	570	Unidades	TELHA AMIANTO 04 MM 2,44X0,50CM	R\$ 19,90	R\$ 11.343,00
500	23000	Unidades	TELHA CERÂMICA (TAMANHO APROXIMADO DE 43CM)	R\$ 2,39	R\$ 54.970,00
502	95	Unidades	TELHA TRANSPARENTE 2,44X50CM	R\$ 36,00	R\$ 3.420,00
505	4300	Unidades	TIJOLO GRANDE - 22X10X09CM	R\$ 0,90	R\$ 3.870,00
506	3200	Unidades	TIJOLO PEQUENO - 20X09X10CM	R\$ 0,61	R\$ 1.952,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 980.926,08
LOTE 13					
Item	Quant.	Unidades	Descrição dos produtos	Valor Unit	Valor Total
67	65	Pares	BOTA BRANCA Nº 40	R\$ 67,50	R\$ 4.387,50
68	67	Pares	BOTA DE CADAÇO Nº 40 (BICO ACO)	R\$ 90,05	R\$ 6.033,35
69	39	Pares	BOTA DE PVC PRETA COM SOLADO AMARELO CANO MÉDIO (TAMANHO DE 36 ATÉ 44)	R\$ 38,70	R\$ 1.509,30
70	86	Pares	BOTA DE SEGURANÇA DE COURO (CALÇADO OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO NAS LATERAIS, CONFECCIONADO EM COURO, FORRO DA GÁSPEA EM TECIDO, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, PALMILHA INTERNA DE EVA DUBLADA COM TECIDO, COM BIQUEIRA DE PVC). TAMANHO DE Nº 36 ATÉ 48.	R\$ 135,76	R\$ 11.675,36

154	45	Unidades	CAPACETE DE SEGURANÇA COM ABA FRONTAL CLASSE B, COPA COM ESTRIAS E INJETADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE E COM SLOT (ABERTURA PARA ACOPLAMENTO DE PROTETOR FACIAL E AUDITIVO), SUSPENSÃO DIVIDIDA EM DUAS PARTES, CARNEIRA COM AJUSTE TRASEIRO E ARANHA, INJETADAS EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, NAS CORES: BRANCO, AMARELO, LARANJA, AZUL ESCURO, AZUL CLARO E CINZA	R\$ 39,86	R\$ 1.793,70
349	20	Pares	LUVA DE VAQUETA PETROLEIRA - CONFECCIONADA EM COURO VACUM TIPO VAQUETA DO TIPO 5 DEDOS, POSSUINDO REFORÇO INTERNO NA PALMA. CANO CURTO E COMPRIMENTO DE 23 A 25CM (MEDIDA DA BORDA DO PUNHO ATÉ O DEDO MAIOR). CA'S APROVADO PARA ESSE MODELO 15.061/37.972. CARACTERÍSTICAS E APLICABILIDADES: PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS MECÂNICOS CONFORME NÍVEIS DE DESEMPENHO 4024. PROTEGE CONTRA AÇÃO DE AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE.	R\$ 29,84	R\$ 596,80
381	245	Unidades	MÁSCARA DESCARTÁVEL COM VÁLVULA PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA TAMANHO ADULTO	R\$ 4,67	R\$ 1.144,15
382	255	Unidades	MASCARA DESCARTAVEL COMUM.	R\$ 3,28	R\$ 836,40
388	180	Unidades	ÓCULOS DE PROTEÇÃO - LENTES DE DUROPOLICARBONATO COM TRATAMENTO ANTI-RISCO, HASTES EM MATERIAL RESISTENTE, VISOR CURVO PARA PROTEÇÃO LATERAL COM CORDÃO DE SEGURANÇA - TRANSPARENTE	R\$ 16,84	R\$ 3.031,20
TOTAL DO LOTE					R\$ 31.007,76

1.2.1. No que pertine aos lotes, a prática tem demonstrado que para alguns casos a licitação feita por lote atende melhor ao interesse público que por item, tendo em vista que os lotes foram divididos para atenderem a lotes específicos, guardada a devida especificidade de cada objeto por lote.

Dessa forma, além da celeridade que é um dos princípios da licitação na modalidade pregão, os licitantes possuem a possibilidade de apresentarem melhores ofertas nos lances, considerando as despesas com fretes, descontos obtidos com seus fornecedores, etc. Sem dúvida se a empresa vem participar da licitação sabendo que poderá lograr-se vencedora apenas em um item, este produto será cotado bem mais caro para que a mesma não tenha prejuízos, com já citado, com fretes, etc.

Portanto, inquestionavelmente a licitação realizada por lote atende melhor ao interesse público, já que, dentre outros, tem assegurado o princípio da economicidade, como podemos deslumbrar na Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, inciso VIII:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as

leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos: VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Portanto, inquestionavelmente a licitação realizada por lote atende melhor ao interesse público, já que, dentre outros, tem assegurado o princípio da economicidade.

1.3. Os valores médios foram obtidos através de pesquisa de preços, constante nos autos do processo licitatório nº 34/2025.

1.4. A empresa contratada deverá ofertar produtos dentro do melhor padrão de qualidade, de acordo com as especificações dispostas em contrato e no presente termo de referência.

- Todos os itens deverão ser considerados como produtos de primeira qualidade, apresentando características adequadas à utilização.
- Os produtos deverão possuir todas as características mínimas descritas nas especificações. Serão aceitos materiais com características superiores, desde que atendam a todos os requisitos mínimos exigidos nas especificações constantes em cada item.
- A Administração Municipal não tem obrigatoriedade de contratar quantidades mínimas, devendo a contratada fornecer a quantidade a ela solicitada.

1.5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

1.5.1. A licitante poderá ser contratada, desde que seja pessoa jurídica e que se explore ramo de atividade compatível com objeto licitado e que atendam as condições exigidas no certame. O material ora contratado deverá ser entregue e descarregado por funcionários devidamente habilitados da CONTRATADA,

A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todo e qualquer prejuízo que possa ser acarretado ao CONTRATANTE em função do descumprimento de dispositivos legais relativos ao item relacionado ao certame.

1.5.2. Para qualificação técnica, o licitante deverá comprovar aptidão para a prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto.

A CONTRATADA deve cumprir com o seguintes acertos;

- efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições
- responsabilizar-se pelos danos correntes do objeto
- entrega do objeto conforme a descrição
- não poderão ser entregues produtos fora das especificações, sem rotulagem que obedeça a legislação em vigor e com marca diferente.

1.5.3. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo preliminar, bem como nos registros das aquisições anteriores, e considerando que o fornecimento eventual é de acordo com as reais necessidades, a equipe de planejamento julga como procedente e viável a presente demanda, devendo-se dar prosseguimento ao processo de Formação do Contrato.

1.6. Da Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

1.7. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A justificativa encontrasse descrita no ETP – Estudo Técnico Preliminar, instrumento que compõe o processo para a devida contratação.

1.8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

1.8.1. Solução Escolhida: Compra direta dos materiais por meio de Registro de Preços, permitindo aquisições fracionadas conforme a demanda das Secretarias Municipais de Maracás-BA.

Objeto: A contratação visa à aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico e ferramentas, essenciais para a conservação, manutenção e pequenos reparos dos bens públicos municipais. Esses insumos atenderão às demandas das Secretarias de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, Educação e Saúde, garantindo a continuidade e eficiência dos serviços públicos, assegurando melhores condições estruturais e operacionais.

Justificativa Técnica: A opção pelo Registro de Preços permite a aquisição escalonada dos materiais, garantindo flexibilidade na gestão orçamentária e evitando desperdícios. Em comparação com a locação ou terceirização, a compra direta assegura controle sobre a qualidade dos insumos e pronta disponibilidade para execução dos serviços. A solução é compatível com a infraestrutura existente, permitindo rápida aplicação e utilização nos diversos setores municipais. Além disso, os produtos adquiridos seguirão normas técnicas vigentes, garantindo segurança e durabilidade. A padronização dos materiais facilita a manutenção preventiva e corretiva, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e promovendo maior eficiência operacional.

Justificativa Econômica: A aquisição via Registro de Preços apresenta um custo-benefício significativo, pois permite compras conforme a necessidade, evitando estoques excessivos e reduzindo custos de armazenamento. Em comparação com outras alternativas, como a locação ou contratos emergenciais, a compra direta reduz despesas recorrentes e melhora a previsibilidade orçamentária. O impacto nos custos operacionais das secretarias é positivo, pois assegura disponibilidade imediata dos materiais para intervenções urgentes, minimizando gastos com reparos de maior vulto devido à deterioração das estruturas. A flexibilidade do modelo de precificação permite ajustes conforme as condições econômicas do município, assegurando sustentabilidade financeira e melhor aplicação dos recursos públicos. Assim, a solução escolhida equilibra economicidade, eficiência e qualidade, resultando no melhor retorno sobre o investimento para a Administração Pública.

O FISCAL DE CONTRATO deverá realizar a verificação da qualidade dos produtos fornecido e relacionados em conjunto com o representante da CONTRATADA, para constatar qualquer divergência

entre os materiais especificado e o efetivamente entregue. É dever da CONTRATADA fornecer os materiais de acordo com as especificações descritas no termo de referência anexado à parte requisitória.

1.9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Considerando as diretrizes estabelecidas pelo Art. 40 da Lei 14.133/2021, o parcelamento da solução para a aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas se revela como a alternativa mais viável e economicamente vantajosa para atender à demanda da Prefeitura e suas secretarias. A possibilidade de dividir o objeto em lotes, conforme preconizado pelo inciso I do § 2º, permite que o processo de contratação aproveite as peculiaridades do mercado local, propiciando um melhor aproveitamento das condições de fornecimento. Além disso, o parcelamento facilita o atendimento aos princípios da eficiência e da economicidade, permitindo a adequação dos quantitativos às reais necessidades das diversas secretarias e promovendo uma maior flexibilidade na entrega dos materiais.

Ademais, o parcelamento amplia a competição, conforme prevê o inciso III do § 2º, ao possibilitar a participação de mais fornecedores e, conseqüentemente, ampliar as opções de preço e qualidade. Ao dividir o objeto em lotes menores, evitamos a concentração de mercado e garantimos que empresas de diferentes portes, incluindo fornecedores locais, possam participar do certame. Isso contribui para a diversificação dos fornecedores, o que é importante para fomentar a competitividade e possibilitar melhores condições de contratação. Além disso, o parcelamento facilita a gestão e o acompanhamento da execução contratual, visto que os lotes menores permitem maior controle sobre o fornecimento e a distribuição dos materiais.

Por fim, ao adotar o parcelamento, a Administração Pública atende ao disposto no § 2º da Lei, maximizando a eficiência na execução do contrato. A possibilidade de segmentação dos itens evita o risco de sobrecarga de um único fornecedor e garante que a contratação esteja alinhada com as necessidades de cada secretaria, respeitando os parâmetros de qualidade exigidos. O parcelamento, portanto, é não apenas uma prática recomendável, mas também uma medida estratégica que assegura a obtenção de melhores condições contratuais, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados.

2. BASE LEGAL

A escolha do **Pregão Eletrônico** como modalidade de licitação está **fundamentada nos seguintes dispositivos legais**:

Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos):

Art. 28, § 3º: Determina que o Pregão deve ser utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns, garantindo maior transparência e competitividade.

Art. 82: Estabelece que os contratos públicos devem **garantir eficiência e economicidade**, favorecendo a melhor gestão dos recursos públicos.

Decretos Municipais nº1052/2023 e nº1053/2023: Regulamenta o Pregão Eletrônico e estabelece as regras para a utilização dessa modalidade em âmbito federal, aplicável subsidiariamente aos municípios.

Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU): Determina que o parcelamento do objeto é obrigatório sempre que for **tecnicamente viável e economicamente vantajoso**, garantindo maior competitividade e ampla participação de fornecedores.

2.1. DA ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

Com base nas informações das licitações anteriores (24/2024-PE) para a aquisição parcelada de materiais de construção, elétrico, hidráulico e ferramentas, destinados à manutenção da Prefeitura e suas secretarias por um período de 6 (seis) meses.

Com essas informações, a prefeitura pode planejar e estruturar adequadamente a contratação, e assim a relação de materiais foi ajustada para atender à demanda da Prefeitura e suas secretarias por um período de 12 (doze) meses.

garantindo que todos os serviços necessários sejam contemplados e que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e econômica, conforme os preceitos da Lei 14.133/2021.

3. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Após a estimativa dos produtos, foi realizada a pesquisa de preços no banco de preços para a montagem. Para estimar o valor da presente contratação, tomamos como referência a Pesquisa de Preços Públicos realizado pelo próprio município nos anos anteriores PE 24/2024 MARACÁS e foram realizadas pesquisas de preços com no Portal nacional de compras pública e assim chegamos ao exemplo da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA-BA, através do processo licitatório e modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024 (<https://pncp.gov.br/pncp-api/v1/orgaos/13719646000175/compras/2024/3/arquivos/1>) para complementar os preços de itens novos inseridos apenas neste processo e assim obter a estimativa de custo para a presente contratação é de R\$ 6.007.411,98 (seis milhões sete mil quatrocentos e onze reais e noventa e oito centavos).

3.2. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O objeto a ser contratado possui características comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Assim, enquadra-se como bem comum.

Ademais, a formação da Ata de Registro de Preços permitirá além de redução de custos, uma projeção de compra para um período de 12 (doze) meses, podendo ultrapassar de um exercício para o outro, sem o comprometimento orçamentário em sua totalidade, permitindo apenas a prestação dos serviços somente quando se fizerem necessários ou o gerenciamento de sazonalidades de atendimento. Em que pese exista um histórico para o tipo de prestação de serviço contratado, não é possível determinar em que quantidade será utilizada, tampouco, o período exato em que serão necessários.

Justificadamente, portanto, opta-se por realizar a presente licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços em virtude do exato enquadramento das necessidades desta Administração Pública nos requisitos fundamentais para utilização desse sistema.

A utilização do Sistema de Registro de Preços é adequada em situações em que a demanda é incerta, seja em relação a sua ocorrência, seja no que concerne à quantidade de bens a ser demandado. Acórdão TCU 2197/2015- Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER.

4. DO PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

4.1. O fornecimento dos produtos, serão realizados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, pois é improvável definir previamente o quantitativo exato necessário para atender as demandas da Prefeitura e suas secretarias, de tal valia que os produtos poderão ser demandados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, durante o ano de 2025;

4.2. Além disso, parte desta contratação é constituída por itens perecíveis que só podem ser armazenados por um período curto de tempo;

Sendo assim, os itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, deverão ser licitados em agrupamentos (lotes), devendo prevalecer a entrega de forma parcelada.

5. IMPACTOS AMBIENTAIS:

5.1. A contratação pretendida não traz impactos ambientais.

6. RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação visa atender à demanda contínua e crescente de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas para a manutenção da Prefeitura e suas secretarias. O resultado esperado é garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população, por meio da disponibilização de materiais essenciais para as atividades cotidianas das unidades públicas municipais. Com a aquisição parcelada, espera-se também uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, com o fornecimento gradual e adequado dos materiais conforme a necessidade real de cada secretaria, evitando desperdícios e garantindo a adequação do estoque.

Além disso, a contratação deverá proporcionar uma maior competitividade no processo licitatório, permitindo a participação de um número maior de fornecedores, o que pode resultar em condições comerciais mais favoráveis. A ampliação da competição é um fator essencial para a obtenção de melhores preços e para a melhoria das condições de entrega, refletindo diretamente na eficiência e economicidade da contratação. Outro resultado importante é o fortalecimento da economia local, com a possibilidade de incluir fornecedores da região no fornecimento de materiais e serviços, promovendo o desenvolvimento econômico e social.

Por fim, o resultado desejado é a otimização da gestão contratual, com a possibilidade de acompanhamento e controle mais eficazes devido ao parcelamento da aquisição. A divisão da contratação em lotes menores facilita a fiscalização do cumprimento das condições contratuais, assegurando que os materiais sejam entregues dentro dos prazos estabelecidos e atendam aos padrões de qualidade exigidos pela Prefeitura. Com isso, pretende-se alcançar um processo de contratação mais transparente, eficiente e vantajoso para a Administração Pública e para a população.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução do contrato/ata de registro de preço deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contrato/ata de registro de preço, no caso específico a Servidora Patrícia Cardosos da Silva, matrícula 553075, Portaria Municipal nº 11/2024, nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021 e este deverá acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato/ata de registro de preço, indicando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

8.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período do contrato.

8.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

8.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

8.10. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;. (Decreto 959-2023);

8.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22);

8.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto 959-2023, art. 22, III);

8.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto 959-2023, art. 22, IV);

8.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto 959-2023, art. 22, V);

8.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto 959-2023, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

8.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto 959-2023).

8.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto 959-2023, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

8.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto 959-2023, art. 21, IV).

8.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto 959-2023, art. 21, II).

8.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto 959-2023, de 2022, art. 21, III).

8.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto 959-2023, art. 21, VIII).

8.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158

da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto 959-2023, art. 21, X).

8.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto 959-2023, art. 21, VI).

8.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. As regras para pagamento serão as estipuladas a partir do art. 141 ao 146 da lei n. 14.133/2021, desde que observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- b) da prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- c) do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; e
- d) da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela justiça do trabalho.

9.1.2. Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada;

9.1.3. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido neste termo, na Nota de Empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Contratada e nesse caso o prazo para o pagamento será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

9.2. O pagamento somente será realizado após o recebimento definitivo do objeto pela Secretaria Requisitante.

9.3. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento será susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

10. LOCAL DE ENTREGA/CONDIÇÕES E PRAZOS:

10.1. A entrega do objeto obedecerá ao seguinte:

- Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer (SEMEC): Rua Vicente Mariniello, nº 02 – Centro – Maracás-Bahia, telefone: (73) – 3533-2757.
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: Avenida Dr. João Pessoa, s/n – Centro – Maracás-Bahia.
- Secretaria Municipal de Saúde: Rua Claudiana Silva da Fonseca, s/n – Centro – Maracás-Bahia.
- Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA): Rua Francisco Sena, nº 103 – Maria da Paixão – Maracás-Bahia.
- Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Abastecimento e Turismo (SEDEAMA): Parque de Exposições, s/n – Centro – Maracás-Bahia.

10.2. O fornecedor deve garantir a entrega ágil e organizada dos materiais, com prazos compatíveis com as necessidades operacionais das secretarias, evitando a paralisação dos serviços essenciais à população.

1. O fornecimento será efetuado de forma parcelada após a emissão da Ordem de Fornecimento, gerada pelo Setor de Compras de cada Secretaria Municipal e enviado por meio eletrônico.
2. Os materiais definidos neste processo deverão ser entregues na sede do município no Almoxarifado central ou local designado pela secretaria solicitante.
3. Os materiais definidos no anexo do Termo de Referência deverão estar de acordo com o prazo de validade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios;
4. Os materiais que não obedecerem às especificações do Termo de Referência serão devolvidos para substituição imediata, sem ônus para o Contratante;
5. O recebimento definitivo ocorrerá após cumpridas as exigências dos itens anteriores, ocasiões em que as Notas Fiscais serão atestadas e encaminhadas à Gerencia Financeira para as providências de agendamento/pagamento.
6. A Contratada deverá realizar a entrega do produto em no máximo de 03 (três) dias úteis.
7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
8. Os produtos, mesmo após entregues e aceitos pelos setores, ficam sujeitos à substituição pelo fornecedor quando da suspeita ou comprovação de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como qualquer problema que comprometa a integridade dos produtos.
9. A Contratada deverá trocar os produtos que forem recusados em no máximo 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital e conforme solicitação da municipalidade;
- 11.2. Responsabilizar-se pelo transporte (de acordo com as normas sanitárias vigentes, previsões e locais indicados no termo de referência) dos produtos, bem como pelo seu descarregamento e devido acondicionamento;
- 11.3. Acatar as orientações do contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 11.4. Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução desta ATA, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda;
- 11.5. A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento;
- 11.6. Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 11.7. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- 11.8. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo estimado do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 11.9. Comunicar imediatamente ao promitente comprador qualquer alteração que porventura venha a sofrer em seu contrato social;
- 11.10. Substituir, imediatamente, os produtos que não se adequem as exigências do edital ou que não tenham boa aceitação pelos destinatários e pela administração;
- 11.11. Não transferir a outrem a execução do objeto licitado sem prévia e expressa anuência do contratante;

- 11.12. Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista em lei;
11.13. Caberá a contratada arcar com as despesas de frete do produto a ser substituído.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Sem prejuízo do integral cumprimento das disposições deste Termo e do instrumento convocatório, o Município deverá:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b) Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias ao fornecimento do material;
- c) Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessárias ao fornecimento do material;
- d) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no material fornecido, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do material, no prazo e forma estabelecida;
- f) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa fornecer os materiais dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- g) Aplicar, as penalidades e sanções previstas.

13. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

13.1. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, e qualificação técnica são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital de Licitação.

13.2. Previamente à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

13.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.4. Caso conste na Consulta de Situação do Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.6. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

13.7. É dever do licitante manter atualizada a respectiva documentação, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

13.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.10. Deverá ser apresentado junto com a proposta de preços o catálogo, ou prospecto, ou documento equivalente, contendo imagem e desenho técnico do produto, o nome da linha e código/nome do modelo e marca conforme apresentado na proposta sob pena de desclassificação do licitante, com a identificação precisa e inequívoca do bem que se pretende fornecer. Será aceito o site oficial do fabricante ou página da internet da licitante, desde que contenha as informações solicitadas.

13.11. Não será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s).

13.12. Será recusado o item em que não atenda às especificações técnicas solicitadas ou que apresentar não conformidade com a qualidade desejada. O catálogo, ou prospecto, ou documento equivalente entregue para análise deverá ser identificado com os seguintes dados: Nome da empresa, CNPJ, Nome e telefone do representante legal, Número do processo licitatório, Número do item. O catálogo, ou prospecto, ou documento equivalente serão válidos somente para esta Licitação.

13.13. A solicitação será formalizada via “CHAT”, devendo a empresa entregar no prazo estipulado acima, sob pena de desclassificação do item, a contar da sessão que definiu a empresa melhor classificada. Caso a empresa não apresente o catálogo, ou prospecto, ou documento equivalente, além da desclassificação sofrerá as devidas penalizações por não manter a sua proposta no Pregão.

13.14. A não apresentação do catálogo, ou prospecto, ou documento equivalente ou se os mesmos não corresponderem às especificações do edital, o Pregoeiro fará a desclassificação da empresa arrematante dos lances, justificando em análise e parecer técnico.

13.15. Na hipótese do item anterior, o Pregoeiro convocará a empresa seguinte na ordem de classificação das propostas dos lances a apresentar o catálogo, ou prospecto, ou documento equivalente e assim por diante.

13.16. Não será exigida prova de conceito.

13.17. Não será exigida garantia de proposta

14. DAS SANÇÕES

14.1. O licitante será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste edital.

14.2. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

14.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame (art. 155, IV, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

14.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta (art. 155, V, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) deixar de apresentar amostra; ou

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.2.3. Não celebrar a Ata de Registro de Preço, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

14.2.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

14.2.5. Fraudar a licitação (art. 155, IX, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

14.2.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (art. 155, X, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.2.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (art. 155, XI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

14.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (art. 155, XII, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

14.3. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 156.

14.3.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

Sanção de multa compensatória

14.4. A multa compensatória será aplicada nos seguintes percentuais:

Infração (Subitens)	Percentual da multa
14.2.1. 14.2.2.	de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação
14.2.3.	de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação
14.2.4. 14.2.5. 14.2.6. 14.2.7. 14.2.8.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação

14.4.1. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do Município de Maracás-BA, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

Sanção de impedimento de licitar e contratar

14.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1, 14.2.2 e 14.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Maracás-BA, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
14.2.1.	impedimento pelo período de até três meses.
14.2.2. 14.2.3.	impedimento pelo período de até quatro meses

Sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

14.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.2.4, 14.2.5, 14.2.6, 14.2.7 e 14.2.8, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitem)	Pena
11.2.4. 11.2.7.	declaração de inidoneidade de até cinco anos
11.2.5. 11.2.6. 11.2.8.	declaração de inidoneidade de até seis anos

14.6.1. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 13.6 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 14.2.1, 14.2.2 e 14.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

14.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo Sancionador.

14.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ;

15.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

15.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

15.1.7. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) (sócios ou proprietário da empresa);

15.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.1.9. Certidão simplificada emitida pela junta comercial do estado, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data de apresentação das propostas.

15.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;

e) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na formata respectiva legislação de regência.

f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

h) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

g) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

15.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, assim apresentados:

a.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor.

a.2) para balanço escriturado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED o mesmo deverá estar acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento, Recibo de Entrega de Livro Digital e Recibo de Entrega da Escrituração (FCONT) encaminhada a RFB;

a.3) sociedades empresárias e não empresárias e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL): fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;

a.4) sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;

a.5) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

a.6) Se houver necessidade de atualização do balanço patrimonial, deverá ser apresentado também o memorial de cálculo correspondente, assinados pelo licitante e pelo contador (constando número registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC).

b) A comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa será avaliada pelos índices abaixo, apurados com base nos balanços apresentados, os quais deverão vir com os respectivos valores calculados, conforme estabelecido no Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer um dos índices apurados, deve comprovar, para fins de habilitação, capital social mínimo ou patrimônio líquido no limite de 10% do valor estimado da licitação;

Índice de Liquidez Geral:

Ativo Circulante +Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo não circulante $\geq 1,0$

Índice Liquidez Corrente

Ativo Circulante

Passivo Circulante $\geq 1,0$

Índice de Solvência Geral:

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo não circulante $\geq 1,0$

c) O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis de Resultado estão dispensados para MEI – Microempreendedor Individual.

d) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

d.1) Na hipótese em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

15.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação de aptidão de desempenho técnico, através de atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu, de maneira satisfatória e a contento, os materiais de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável, contendo no mínimo as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
 - Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
 - Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s) ou fornecimento;
 - Data de emissão;
 - Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).
- a.1). Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o inciso I do art. 64, da Lei 14.133/21.

15.5. ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO, relativo ao exercício do ano corrente, expedido pelo órgão municipal da sede da licitante;

16. DA VIABILIDADE E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Após a análise detalhada do Estudo Técnico Preliminar e com base nas informações obtidas a partir das licitações anteriores, é possível concluir pela viabilidade da contratação para o atendimento das necessidades de manutenção da Prefeitura e suas secretarias. A solução proposta, por meio da aquisição parcelada de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas, está em total conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei 14.133/2021, especialmente os da eficiência, economicidade e planejamento. A escolha do parcelamento, como medida técnica e economicamente vantajosa, reflete a

melhor forma de atender à demanda das diversas secretarias, respeitando as condições do mercado local e ampliando a competitividade, conforme preconizado pela legislação.

O parcelamento da contratação permite a viabilidade de divisão do objeto em lotes, o que contribui para a maximização da participação de fornecedores, especialmente aqueles de menor porte ou localizados em áreas específicas da cidade, fomentando a economia local. Além disso, a adoção do parcelamento garante um melhor controle do fornecimento, adequando-se às necessidades específicas de cada secretaria e evitando desperdícios. Ao permitir uma gestão mais flexível e eficiente, a contratação parcelada também proporciona maior transparência, evitando concentração de mercado e promovendo a competitividade, conforme os parâmetros estabelecidos no Art. 40, § 2º, da Lei 14.133/2021.

Dessa forma, a contratação, além de ser plenamente viável, representa a melhor alternativa para garantir a continuidade das atividades da Prefeitura e suas secretarias, com eficiência na utilização dos recursos públicos e otimização dos serviços prestados. A análise do Estudo Técnico Preliminar reforça que a solução atende adequadamente às necessidades identificadas e está alinhada com os princípios da legislação vigente, assegurando a economicidade e o melhor aproveitamento das condições do mercado. Assim, a viabilidade da contratação está confirmada, sendo a solução proposta a mais adequada para o atendimento das demandas, garantindo a qualidade e eficiência desejadas na execução do contrato.

16.4. Para fins de julgamento objetivo, serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação (artigo 59 da Lei 14.133/21),

Não é permitida a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE;

Maracás/BA, 22 de abril de 2025.

Caio Pizzani Miranda
Secretária Municipal de Infraestrutura

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2025**

**ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

A

Prefeitura Municipal de XXXXXX

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X

Objeto:

Abertura:

Horário:

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X**, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital.

1.7. ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS:

Para tanto, nos propomos a fornecer o bem licitado pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ _____(_____).

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) Prazo de validade da proposta:..... (.....) dias;

Os dados da nossa empresa são:

- a)** Razão Social: _____;
- b)** CNPJ n.º: _____;
- c)** Endereço Completo: _____;
- d)** Fone: _____;
- e)** Fax (se houver): _____;
- f)** E-mail: _____;
- g)** Conta Bancária/Agência/Banco: _____.

Local, Data

Razão Social

CNPJ

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2025**

**ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) , cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ - _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Maracás, sob as penas da lei, **DECLARA:** que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como, nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade/UF, _____ de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do representante da empresa

OBS: A declaração deverá ser assinada por representante legal, devidamente qualificado no processo licitatório e preenchida em papel timbrado da empresa participante.

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2025**

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO RELATIVA À PROPOSTA ECONÔMICA, EM CONFORMIDADE COM O ART.
63, § 1º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21**

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) , cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____-_____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Maracás, sob as penas da lei, **DECLARA:**

Para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, de que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade/UF, _____ de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do representante da empresa

OBS: A declaração deverá ser assinada por representante legal, devidamente qualificado no processo licitatório e preenchida em papel timbrado da empresa participante.

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2025**

ANEXO V

**DECLARAÇÃO REFERENTE AOS INCISOS III E IV DO ART. 1º, AO INCISO III DO ART. 5º E
REFERENTE AO INCISO XXXIII DO ART. 7º AO AMBOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;**

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) , cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____-_____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Maracás, sob as penas da lei, **DECLARA:**

para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, na forma e sob as penas impostas pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislação pertinente, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empresa menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz ()

Cidade/UF, _____ de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do representante da empresa

OBS: A declaração deverá ser assinada por representante legal, devidamente qualificado no processo licitatório e preenchida em papel timbrado da empresa participante.

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2025**

**ANEXO VI
DECLARAÇÃO RELATIVA À RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E
PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) , cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____-_____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Maracás, sob as penas da lei, **DECLARA:**

Para os devidos fins que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Cidade/UF, _____ de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do representante da empresa

OBS: A declaração deverá ser assinada por representante legal, devidamente qualificado no processo licitatório e preenchida em papel timbrado da empresa participante.

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2025**

**ANEXO VII
DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO QUADRO
SOCIETÁRIO DA EMPRESA**

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) , cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ - _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Maracás, sob as penas da lei, **DECLARA que:**

1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes Políticos da Prefeitura Municipal de Maracás-BA ou responsável pela licitação;

Cidade/UF, _____ de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do representante da empresa

OBS: A declaração deverá ser assinada por representante legal, devidamente qualificado no processo licitatório e preenchida em papel timbrado da empresa participante.

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2025**

**ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) , cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ - _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Maracás, sob as penas da lei, **DECLARA que:**

Sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Maracás, Bahia, especialmente em face do quanto disposto artigo 4º da lei 14.133/2021, que ainda não temos celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como **“MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE”**, nos obrigando a comunicar à administração alterações supervenientes neste sentido.

Declaramos ainda que estamos enquadrados como **“MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE”**,.

Cidade/UF, _____ de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do representante da empresa

OBS: A declaração deverá ser assinada por representante legal, devidamente qualificado no processo licitatório e preenchida em papel timbrado da empresa participante.

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2025**

**ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE**

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) , cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ - _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Maracás, sob as penas da lei, **DECLARA**, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1. a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;
4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;
5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
6. que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade/UF, _____ de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do representante da empresa

OBS: A declaração deverá ser assinada por representante legal, devidamente qualificado no processo licitatório e preenchida em papel timbrado da empresa participante.

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2025**

**ANEXO X
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) , cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____-_____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Maracás, sob as penas da lei, **DECLARA:**

NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE MARACÁS/BA OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Cidade/UF, _____ de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do representante da empresa

OBS: A declaração deverá ser assinada por representante legal, devidamente qualificado no processo licitatório e preenchida em papel timbrado da empresa participante.

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2025**

**ANEXO XI
DECLARAÇÃO QUE NÃO A NENHUMA SUPERVENIÊNCIA**

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) , cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ - _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Maracás, sob as penas da lei, **DECLARA que:**

Que não a nenhuma superveniência de fatos impeditivos da habilitação no Pregão Eletrônico nº XX/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. XX/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Maracás/BA.

Cidade/UF, _____ de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do representante da empresa

OBS: A declaração deverá ser assinada por representante legal, devidamente qualificado no processo licitatório e preenchida em papel timbrado da empresa participante.

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 120/2025**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025

O MUNICÍPIO DE MARACÁS – ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.910.203/0001-67, com sede administrativa na Praça Rui Barbosa, nº 705, Centro, Maracás– BA, CEP: 45.360-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **o Sr. Nelson Luiz dos Anjos Portela**, brasileiro, maior, capaz, portador do CPF nº ***.***.***49, residente e domiciliado no município de Maracás – Bahia, CEP 45.360-000, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº XX/2025**, decorrente da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 34/2025, Processo Administrativo nº 120/2025** de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 1052/2023 e Decreto Municipal nº 1053/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. **DETENTOR DA ATA: XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, s/n, XXXXXX, XXXXXXXXXXXX - XX, CEP: XXXXXXXX, neste ato representado (a) pelo **Sr. XXXXXXXXXXXXXX, maior, capaz, inscrito no CPF nº ***.XXX.XXX-**, residente e domiciliado no município de XXXXXXXXXX – XXX**, conforme atos constitutivos da empresa.

1.2. **ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS-BA**, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

1.3. **ÓRGÃOS PARTICIPANTES:** Este instrumento, formalizado pelo órgão gerenciador e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos participantes do registro de preços:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente, Secretária Municipal de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Governo.

1.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem: Contratação de empresa especializada para Aquisição parcelada de materiais de construção, elétrico, hidráulico e ferramentas, destinado para manutenção da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	MARCA	Valor Unit	Valor Total
------	--------	-------	--------------------------	-------	------------	-------------

2.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do **Pregão Eletrônico nº 34/2025** que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

2.5. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto Municipal nº 1053/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços **será de 1 (um) ano**, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Maracás-BA, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, na forma do IN nº 065/2021, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo Órgão Gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

Revisão de Preço

4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso.

4.2. Nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a

negociação com ele tentada;

III – convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.3.1. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário observará a classificação original.

4.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

II – promover negociação com os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.6.

4.4.1. Não existindo licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.6, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – proceder às negociações na forma do subitem 4.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.5.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

4.5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.5.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Municipal contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

Da negociação para fins de revisão de preço

4.6. As negociações de que tratam os subitens 4.4.1 e 4.5 deverão observar o seguinte procedimento:

4.6.1. O Órgão Gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do

adjudicatário e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

4.6.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.6.2 caberá ao Órgão Gerenciador propor os preços revisados da seguinte maneira:

I – Primeira rodada de negociações (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{a + b}{2} = c$$

2

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II – Segunda rodada de negociações (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{2} = d$$

2

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.6.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento

licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III – Terceira rodada de negociações (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

2

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde à média de 'd' e 'e' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - Quarta rodada de negociações (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

2

Onde:

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.

g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.6.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.4 estará vinculado à proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.6.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.6.1, a 4.6.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.6.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4, deverá o Órgão Gerenciador promover:

I - a realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;

II - o cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e

III – a formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

4.6.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.6.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o Órgão Gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.1. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na Imprensa Oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

6.1.2. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4.1. Indicar para os Órgãos Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

6.1.4.2. Emitir a autorização de compra;

6.1.4.3. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.4.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

6.1.4.5. Promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos participantes do processo licitatório;

6.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso;

6.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo

diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

6.1.4.8. Receber a “*solicitação de adesão*” e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos não participantes, por meio do “*termo de adesão*”.

6.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

6.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.1.7. Competirá ao Contratante e ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços proceder ao acompanhamento da execução desta, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade na execução do contrato, **conforme Portarias nº 04/2025, 05/2025, 06/2025, 07/2025 e 10/2025, 11/2025, 12/2025 e 15/2025.**

6.2. São obrigações dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES da ata:

6.2.1. Solicitar o uso da ARP ao Órgão Gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.

6.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

6.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

6.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

6.2.5. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

6.2.6. Observar as atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos.

6.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.2.8. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.3. São obrigações do DETENTOR DA ARP:

6.3.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias corridos as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.4. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como “Contratantes” e o detentor da ata como “Contratado”, observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O Órgão Gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

I – for liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.

II – descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);

IV – não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III – em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

IV – por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

V – por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o Órgão Gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.6.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o Órgão Gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas a aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)¹.

¹**Nota Explicativa:** Este subitem está de acordo com o entendimento do TCU firmado no Acórdão 2957/2011 - Plenário.

8.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

8.9. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

8.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

10.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

10.4. Na assinatura do contrato:

I – será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, observado o disposto no subitem 7.8 do Edital;

II – será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 7.1 do Edital;

10.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados do ato de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

10.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4º, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, a métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de Maracás/BA.

11.1.1. Não logrando êxito o método alternativo de solução do conflito, fica eleito o foro da Comarca de Maracás, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maracás – BA, XX de XXXXX de 2025.

MUNICÍPIO DE MARACÁS

Nelson Portela
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Representante legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I - _____

II - _____

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

Do exposto, a presente Ata está de acordo com as normas vigentes, preenchendo todos os requisitos e formalidades legais, em nada restando contrariado os dispositivos e todas as exigências consignadas na Lei n. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e estando observados e cumpridos todos os seus limites e cláusulas obrigatórias dos Contratos Administrativos, opinando, destarte, esta assessoria pela concretização desta avença.

Maracás - Bahia, ____ de ____ de 2025.

Jeilton do Nascimento do Lago
OAB/BA nº 36.469